



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 33 - Nº 654 - DE 12 A 26 DE DEZEMBRO DE 2021 - R\$ 4,00

Nova onda da pandemia sobressalta o mundo

A responsabilidade recai inteiramente sobre os Estados imperialistas e os monopólios

O controle econômico-financeiro e a guerra comercial das vacinas resultam em genocídio de milhões de pobres e miseráveis

Está objetivamente colocada a luta dos explorados pela expropriação sem indenização dos monopólios, sob o controle operário da produção

O ponto de partida da luta está na defesa de um programa próprio de reivindicações da maioria oprimida

Lutemos para libertar os sindicatos da política de colaboração de classes de suas direções! Não deixemos que as disputas eleitorais ceguem os oprimidos!

Que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem imediatamente um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios. Que as assembleias aprovem uma Carta de Reivindicações, que unifique todos os explorados em defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas!

REALIZADO O CURSO DE FORMAÇÃO POLÍTICA DO POR
Todo empenho na tarefa de formar quadros marxista-leninista-trotskistas

A crise permanece

Não há outra via, senão organizar a luta dos explorados por um programa próprio

O surgimento da variante Ômicron, do Covid-19, volta a assombrar o mundo, quando parte dos países semicoloniais (oprimidos) começava a respirar aliviada, com o descenso das contaminações e mortes, e os países avançados (imperialistas) ainda tinham de lidar com a 4ª onda da doença. O controle da Pandemia era e é uma condição para restabelecer a “normalidade” econômica, e amortecer os brutais efeitos sociais da doença. Com os trilhões de dólares emitidos pelas potências, principalmente pelos Estados Unidos, esperava-se contornar a derrocada de 2020, e dinamizar o comércio mundial, em 2022. Agora, as dúvidas, sobre a possibilidade de uma significativa retomada econômica, trazem a certeza de que a maior probabilidade é a de se manter a marcha da desintegração da economia mundial. A causa deste desvio de percurso, para os representantes da burguesia, estaria na variante Ômicron.

Evidentemente, a Pandemia tão somente foi um indutor do processo de bloqueio e quebra de forças produtivas. É necessário reconhecer que o capitalismo internacional não se restabeleceu da crise aberta em 2008, reforçada com as quedas de 2014. Isso porque padece do fenômeno da superprodução. Ou seja, do excesso de capacidade produtiva, nas condições de aumento crescente da pobreza e miséria das massas, e do precipício que separa o alto desenvolvimento das potências e o enorme atraso das semicolônias. As forças produtivas, portanto, estão em choque com as relações capitalistas, sob a forma dos monopólios e da conservação das fronteiras nacionais. O impacto da Pandemia consistiu em impulsionar a destruição maciça de forças produtivas. É o que se observa com a queda econômica generalizada, liquidação em grande escala de postos de trabalho, e aumento do desemprego e subemprego. Em qualquer das situações, a burguesia descarrega a crise sobre o proletariado e os demais trabalhadores. Na Pandemia, esse fardo tem sido duplo, haja vista a potenciação da miséria e fome, e o número estratosférico de mortes, que ultrapassou os cinco milhões.

A variante Ômicron é mais uma das mutações do vírus. O pavor que voltou a rondar as potências, principalmente as da Europa, cujo número de vacinados é considerado satisfatório, tornou ainda mais clara a responsabilidade dos monopólios farmacêuticos e dos próprios Estados dos países mundialmente dominantes. Constata-se o óbvio: não há como controlar a Pandemia, se uma boa parte dos países de economia atrasada não imunizar suas populações.

Os Estados imperialistas, não só vacinaram a maioria de sua população – só não se vacinou uma camada resistente à imunização – como também estocaram uma montanha de vacinas. Vozes da Organização Mundial da Saúde (OMS) têm sido obrigadas a denunciar a enorme “desigualdade vacinal”. Segundo o colunista do Washington Post, Fareed Zakaria, cerca de “70% da União Europeia e de 60% dos Estados Unidos foram completamente vacinados e, ainda assim, apenas 8% das pessoas dos países mais pobres do mundo receberam a primeira dose”. No entanto, a indústria farmacêutica atingiu a capacidade de produzir 1,5 bilhão de doses, mensalmente. Eis por que se “estima que 100 milhões de doses armazenadas em países ocidentais expirarão, e terão de ser jogadas no lixo, se não forem aplicadas até o fim do ano”. A contradição é tão violenta que, “enquanto 1,6 bilhão de pessoas

pobres do mundo recebeu apenas 5% das vacinas”, as potências e seus monopólios se dão o direito e o luxo de estocarem o precioso antígeno. A barbárie social, portanto, tem dupla face – de um lado, a destruição maciça de forças produtivas (vidas humanas e riqueza produzida); de outro, a privação monopolista do acesso ao imunizante a bilhões de seres humanos.

A cepa Ômicron foi identificada na África do Sul, mas já foi detectada na Europa e Américas, e está se espalhando a outros continentes. Ocorre que “somente 23% dos sul-africanos com mais de 12 anos foram completamente vacinados”, segundo The Economist. No continente como um todo, segundo a OMS, oito, em cada dez nações africanas, não conseguiram imunizar nem 20% de sua população. Assim, apenas 7% da população africana foi imunizado. Quando a Pandemia foi anunciada, no início de 2020, a OMS criou o consórcio Covax, para cobrir as nações pobres e miseráveis. Fracassou terminantemente. Isso porque dependia das potências e dos monopólios. Suas críticas à “desigualdade vacinal” são cínicas e hipócritas. Basta apenas um dado, os Estados Unidos se comprometeram com a “doação” de 1,2 bilhão de doses, mas entregaram apenas cerca de 280 milhões. Aí está a explicação por que a África, com “1,2 bilhão de habitantes, teve apenas 6% vacinados”.

As potências restringiram as relações com o continente africano. Inúmeros países estão impossibilitados de viagens a vários países da Europa. Trata-se, sem dúvida, de uma discriminação, que evidencia ainda mais a responsabilidade das potências. Em toda a parte, realizam-se recuos na abertura e facilitação das viagens. São reflexos da mísera imunização dos países pobres.

Na América Latina e, em particular no Brasil, porta-vozes da burguesia discutem novos efeitos sobre a economia convalescente. A previsão de crescimento zero e a continuidade da recessão no Brasil alertam para o avanço da miséria e fome das massas. A pequena retomada das contratações não é sustentável. O “Auxílio Brasil”, de Bolsonaro e Congresso Nacional, não passa de continuísmo do assistencialismo, que tão somente ludibria os explorados e os famintos. O problema político está em que as direções sindicais mantêm o bloqueio da classe operária. Esgotou-se a Campanha Nacional do Fora Bolsonaro e Impeachment, mas suas direções deram sequência, agarrando-se ao curso das disputas eleitorais. Dessa forma, continuam submetidas às decisões dos governantes, o que inclui às de Bolsonaro. Em última instância, mantêm-se submetidas ao poder dos monopólios e à guerra comercial em torno às vacinas.

Está bem claro que Bolsonaro é um “pequeno genocida”, diante dos Estados imperialistas e dos monopólios, que impedem o acesso à imunização a grande parte dos países semicoloniais. Somente o programa proletário, de expropriação revolucionária do grande capital e da constituição de um governo operário e camponês, responde à desintegração do capitalismo e ao avanço da barbárie social. É nessas condições, que o POR vem trabalhando para que os explorados rechacem a política de colaboração de classes de suas direções sindicais e políticas. Um passo para a luta independente do proletariado consiste em defender um programa próprio de reivindicações, que unifique a maioria oprimida, por meio da ação direta e de sua organização massiva.

Vigésima Carta do Partido Operário Revolucionário aos trabalhadores e à juventude oprimida

Lutar pela independência dos sindicatos diante das eleições

1 de dezembro de 2021

A reunião de sindicalistas com o ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), para discutir uma possível aliança eleitoral e sua participação como vice na chapa de Lula, acendeu uma luz vermelha. Está em marcha uma operação da burocracia sindical para perfilar as organizações dos trabalhadores por detrás da candidatura de Lula, amparada por representantes da burguesia. Alckmin sempre foi um homem do poder econômico. Governou contra as necessidades mais elementares dos explorados. O sinal vermelho anuncia o imperativo da luta pela independência dos sindicatos diante das disputas interburguesas.

Daqui para a frente, as forças políticas da burguesia vão concentrar-se na corrida eleitoral. A entrada do lavajatista Sérgio Moro, como candidato da terceira via, movimentou o espectro político. O ex-juiz e ex-ministro de Bolsonaro recebeu caloroso apoio de setores da burguesia e da imprensa monopolista. Esse é um provável caminho para deslocar Bolsonaro, e afirmar uma candidatura de centro-direita. Mas, nada ainda está definido.

O PSDB, por sua vez, afirmou a candidatura de João Doria. O governador de São Paulo conta com o apoio de poderosos grupos econômicos. A disputa das prévias, tendo como derrotado o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, expressou duas variantes políticas. De um lado, Doria que exige do PSDB uma candidatura própria; de outro, Leite, defendendo um candidato de terceira via, que não necessariamente do PSDB.

A divisão permanecerá em torno à definição da candidatura oposicionista a Lula e a Bolsonaro. O DEM se fundiu com o PSL, criando o partido União Brasil, de maneira a ter algum peso na construção da terceira via, e o PSD, de Kassab, já havia anunciado como possível candidato o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco. Tudo indica que é uma manobra para negociar uma aliança no

campo da oposição a Lula e Bolsonaro.

O PT passa pelo dilema da constituição de uma aliança mais ampla possível. É bem provável que Ciro Gomes insista em concorrer pelo PDT. O que seria desvantajoso para a candidatura de Lula. A junção do PT com o PSB é a mais factível, mas depende das negociações quanto às candidaturas ao cargo de governadores, principalmente. O Solidariedade está com a candidatura de Lula, e trabalha para que Geraldo Alckmin, em processo de ruptura com o PSDB, seja o vice de Lula. O que parecia fumaça sem fogo toma uma feição concreta. As centrais sindicais – Força Sindical, CTB, UGT e

nuiu os atritos com o judiciário. Mudou a atitude, diante das respostas à Pandemia, assumindo a coordenação da vacinação por meio do Ministério da Saúde, abrindo as portas para a multinacional Pfizer, e pondo de lado gradualmente o que os seus opositores denominaram de “negacionismo”. Retomou a ofensiva no Congresso Nacional, com o projeto de “Auxílio Brasil”. Venceu a resistência de importantes setores da burguesia à PEC dos Precatórios, apesar de ainda ter de ser aprovada no Senado. Conseguiu reagir à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), contrária ao “orçamento secreto”, por meio da aprovação de

Daqui para a frente, as forças políticas da burguesia vão concentrar-se na corrida eleitoral. A entrada do lavajatista Sérgio Moro, como candidato da terceira via, movimentou o espectro político. O ex-juiz e ex-ministro de Bolsonaro recebeu caloroso apoio de setores da burguesia e da imprensa monopolista. Esse é um provável caminho para deslocar Bolsonaro, e afirmar uma candidatura de centro-direita. Mas, nada ainda está definido.

Nova Central – se reuniram, na sede do Sindicato dos Químicos, com Alckmin, na esperança de realizar o esdrúxulo casamento. Em seguida, Lula se pronunciou favorável, desde que seja uma aliança para “ganhar as eleições”.

Os mais radicais do PT que detestam o PSDB, e, em particular, Alckmin, e a esquerda oportunista do “Bloco Vermelho”, que desfralda a bandeira de “Lula presidente, por um governo dos trabalhadores”, procuraram qualificar a notícia como “fake news”. São manifestações marginais da montagem das candidaturas e alianças nas entranhas da política burguesa, mas servem para exemplificar a confusão instalada entre as correntes que se reivindicam do socialismo. A movimentação em torno às candidaturas, e, especialmente, o empenho de setores da burguesia para viabilizar a terceira via, como se vê, passou a condicionar a situação política.

Bolsonaro se recompôs, depois do discurso golpista de 7 de setembro. Dimi-

um Projeto de Resolução no Congresso Nacional, que desobriga o relator de emendas, parlamentares e beneficiados dos bilhões de recursos públicos a prestarem contas no exercício de 2020 e 2021. Depois de muita demora e cobrança dos bolsonaristas e evangélicos, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado decidiu sabatar o ex-ministro da Justiça André Mendonça, para assumir o cargo vitalício de ministro do STF. A aprovação na CCJ com ampla maioria também evidenciou o enorme controle de Bolsonaro sobre os parlamentares.

Somente no próximo ano, ficará mais patente a capacidade eleitoral dos principais concorrentes. No momento, Lula e Bolsonaro continuam a polarizar a disputa presidencial. Nas condições atuais, Bolsonaro seria derrotado no segundo turno. A ofensiva dos bolsonaristas, desde setembro, está voltada a reerguer a imagem do ultradireitista perante a população. Por cima da maioria oprimida, pobres, miseráveis e famintos, as forças

políticas da burguesia se preparam para manter Bolsonaro, ou substituí-lo por outro governo, que pode ser de uma aliança petista ou da terceira via.

A classe operária, desorganizada e sem o seu partido revolucionário, e os demais explorados, serão arrastados pelo turbilhão eleitoral. Desta vez, a bandeira burguesa da anticorrupção não terá o mesmo lugar que ocupou nas eleições de 2018. É bom lembrar que a Operação Lava Jato, liderada por Moro, foi decisiva para a execução do golpe institucional, que derrubou Dilma Rousseff (PT), entregou o governo ao seu vice Michel Temer, e preparou o caminho para a ascensão do obscuro Bolsonaro. Foi governo que Moro ajudou a eleger, mas que perdeu a auréola de “herói nacional”, e foi enxotado do Ministério da Justiça. A Lava Jato acabou sendo considerada suspeita de ser um instrumento de manipulação política. A não ser o ex-governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, todos os demais presos estão soltos. O STF acabou de favorecer o senador Flávio Bolsonaro no caso das rachadinhas, considerando inválidas as provas apuradas na primeira instância da justiça do Rio de Janeiro.

As ilusões da classe média sobre a possibilidade de resolver a corrupção endêmica no interior do Estado e do conjunto da política burguesa começa-

ram a desabar com a defenestração de Moro do governo Bolsonaro. Os partidos se vêm agora na contingência de explorar as condições de miséria das massas, apresentando-se como seus salvadores. Tais movimentações aparelhadas são típicas da política burguesa, em que o poder econômico determina, em última instância, o curso das mudanças de governabilidade.

O problema para a política do proletariado consiste em defender a independência dos explorados, que, no momento, comparece na forma de independência dos sindicatos.

O problema para a política do proletariado consiste em defender a independência dos explorados, que, no momento, comparece na forma de independência dos sindicatos. A reunião promovida pela Força Sindical e aliadas, que contou com partidos como Solidariedade e PCdoB, objetivou arregimentar os sindicatos por trás de uma candidatura composta por Lula e Alckmin. Ainda que essa composição fracasse, indica que está em questão a independência dos sindicatos. Essas mesmas centrais e esses mesmos partidos estiveram na organização da Campanha Nacional

“Fora Bolsonaro e Impeachment”, e se manifestaram a favor de uma frente ampla opositora.

O POR lutou no interior das manifestações, denunciando e rechaçando a estratégia burguesa do “Fora Bolsonaro”, que no fundo se dirigia às eleições presidenciais. Agora, a bandeira do impeachment se desfez, com a recomposição política de Bolsonaro e seu controle sobre o Congresso Nacional, em particular, da Câmara de Deputados. O PT, Lula e aliados arregimentam os aparatos sindicais, e os colocam a serviço das disputas interburguesas. Expressam uma burocracia sindical estatizante, que, há muito, abandonou as reivindicações mais elementares da classe operária e dos demais trabalhadores. A reunião com Alckmin, no Sindicato dos Químicos, é a demonstração mais acabada de como a burocracia sindical se subordinou à política burguesa, e comprometeu a mais elementar independência política e organizativa dos sindicatos.

A luta contra essa subordinação passa pela defesa de um programa próprio de reivindicações, dos métodos próprios de luta e da estratégia própria de poder do proletariado. É por essa via que se deve explicar e demonstrar o caráter contrarrevolucionário dos partidos que controlam os sindicatos e os submetem à política burguesa.

Nota do Partido Operário Revolucionário

André Mendonça, novo ministro do STF

Decisão política ditada pelas igrejas evangélicas

2 de dezembro de 2021

Bolsonaro e a bancada parlamentar evangélica implantaram um fiel representante da religião no Supremo Tribunal Federal (STF). Historicamente, a igreja católica sempre teve ascendência sobre o poder judiciário. A eleição de Bolsonaro e, agora, a aprovação, pelo Senado, do ex-Ministro da Justiça e Advogado Geral da União (AGU), André Mendonça, representam um avanço da religião sobre a política burguesa em geral e, em particular, de suas variantes, materializadas pelos aparatos evangélicos. Os politiquinhos que servem à religião dizem que não pretendem alterar o caráter laico do Estado e da Constituição. No entanto, a indicação do pastor presbiteriano pelo presidente da República resultou do objetivo explícito de dar um assento no STF a um dos seus adeptos.

A batalha da bancada evangélica para que o presidente da Comissão de Constituição de Justiça (CCJ), David Alcolumbre,

armasse o circo da sabatina, e a eleição da relatora evangélica Eliziane Gama (Cidadania), criaram a atmosfera da religião sobre o Congresso Nacional. A representação na sabatina, tanto por parte de Mendonça quanto dos senadores, foi indigna de uma boa farsa teatral. O indicado de Bolsonaro sabia o que iriam perguntar. Estava na ponta da língua a resposta: “Na vida, a Bíblia. No Supremo, a Constituição”. Não foi nada embaraçoso para o evangélico e bolsonarista responder: “Defenderei o direito constitucional do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo”.

Vitorioso e rodeado de seus partidários, Mendonça desatou o verbo religioso, de que não estaria ali se não fosse por obra do espírito santo, e por ter, desde menino, se agarrado à Bíblia. Concluiu, em tom profético e choroso, que o seu ingresso no STF “É um passo para um homem, mas, na história dos evangélicos do Brasil,

é um salto. Um passo para um homem, um salto para os evangélicos". Ao afirmar que os evangélicos correspondem a 40% da população brasileira, e que *"o povo evangélico tem ajudado esse País (...) "*, teve por objetivo expressar a avaliação de que chegava ao STF baseado nessa força social-religiosa.

O Estado brasileiro nunca se estabeleceu plenamente como laico. A Constituição republicana de 1891 aboliu a monarquia, e assim o Estado confessional. As inúmeras Constituições conservaram o princípio formal da separação entre o Estado e a Igreja. Na realidade, o catolicismo manteve o monopólio da influência sobre as Constituições e a governabilidade. O apoio estatal à intervenção da igreja em atividades como Educação, Saúde e assistência social demonstrou a inexistência de um Estado completamente laico. Sob a formalidade do caráter laico, as igrejas contam com privilégios estatais, e se valem deles para criar partidos, e se potencializar eleitoralmente.

Os aparatos religiosos chegaram ao ponto de constituir uma instituição para canalizar recursos destinados aos partidos, deputados e senadores, que é a Frente Parlamentar Evangélica, que se distingue da bancada parlamentar evangélica por ser uma instituição à parte e, ao mesmo tempo, vinculada ao Legislativo. A Frente Parlamentar e a bancada parlamentar agem como instrumentos das igrejas, combatendo no terreno da ideologia e dos costumes, bem como reagindo contra as medidas que arrefecem a opressão sobre a mulher, negros e homossexuais. Uma de suas batalhas é a de estabelecer um envoltório em torno à família, pretendendo que o Estado determine um "Estatuto da Família". As questões do aborto e do direito dos homossexuais constituírem famílias são motivos para as igrejas se insurgirem e pressionarem para que o Estado siga as determinações religiosas.

Bolsonaro desmontou todos os programas e instituições que tinham sido criados para cuidar das discriminações. Colocou, à frente do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, a pastora Damares Alves. Importantes cargos de direção do Estado, assim, foram entregues aos agentes das igrejas evangélicas. Neste exato momento, o Ministério da Educação é comandado pelo pastor Milton Ribeiro, que interveio no INEP e na elaboração das provas do Enem, sob o argumento de suprimir a ideologização das provas. É no quadro de avanço do poder dos evangélicos nas entranhas do Estado e do governo, que André Mendonça venceu as barreiras opositoras à sua indicação ao STF.

A imprensa e os parlamentares da oposição ressaltaram o fato de o indicado ter obtido a menor votação, comparada com as alcançadas pelos ministros anteriores sabatinados. Essa formalidade não tem nenhuma transcendência. O fundamental está em que ficou exposto o quanto o Estado se encontra penetrado e influenciado pelas igrejas.

As forças sociais arregimentadas pela religião, entre elas uma massa de pobres e miseráveis, servem de instrumentos para a política burguesa e, portanto, para bloquear a luta de classes e a marcha da revolução proletária. Os retrocessos impostos pela ultradireita à própria política burguesa e pequeno-burguesa, que reconhece as várias formas de discriminação, se devem ao impulso das igrejas evangélicas, desde os anos de 1960. Sabemos que esse impulso não se deve apenas às forças internas, mas também externas. O imperialismo se vale da religião e de seus aparatos, para combater todo e qualquer progresso ideológico do proletariado e da maioria oprimida.

A liberdade de religião, no capitalismo, coincide com a liberdade de cegar os explorados diante das causas de seus tormentos e flagelos, como a miséria e a fome. Eis por que o Estado burguês não pode agir no sentido de tornar a religião um motivo privado e circunscrito à convicção dos indivíduos. E as igrejas não podem sobreviver, a não ser sob a proteção do Estado e da burguesia. Eis por que não foi possível – e não será, no capitalismo – a separação da igreja da escola. A sua influência coincide com os interesses históricos dos capitalistas, de bloquear o desenvolvimento da concepção científica do mundo e o domínio do método materialista do conhecimento transformador.

A ausência de uma direção revolucionária do proletariado, portanto, de seu partido e de organizações independentes de massa, permite que o campo fique livre para a religião cumprir sua função de "ópio do povo", como definiram Marx e Engels. Os movimentos corporativos ligados ao reformismo não são capazes de interromper o avanço do obscurantismo religioso.

As forças sociais arregimentadas pela religião, entre elas uma massa de pobres e miseráveis, servem de instrumentos para a política burguesa e, portanto, para bloquear a luta de classes e a marcha da revolução proletária.

No exato momento em que o Senado aprovou o nome do novo ministro do STF, o "terrivelmente evangélico", André Mendonça, Lula defendeu a criação na TV e no rádio do PT um programa que seria um "momento evangélico". Explicou, na sala de debate online, que a qualidade dessa gente, assumindo sua religiosidade de evangélicos, faz com que o partido não acredite que os evangélicos sejam como gado, não, são pessoas que têm cabeça. E Lula fez uma profissão de fé, perante o que supõe ser a "verdade". No entanto, não há nada mais falso do que dizer que as pessoas em geral "assumiram a religiosidade evangélica". A verdade é que os aparatos das religiões arrastam as massas, inconscientes diante da miséria e desesperadas à procura de uma solução. Os pregadores e os rituais oferecem a salvação divina, e a catequese da aceitação passiva do flagelo. A sala de debate de Lula com a deputada petista evangélica Benedita da Silva esteve voltada às eleições presidenciais. A disputa pelo voto de milhões de evangélicos será decisiva para a vitória ou a derrota de Lula, caso permaneça como o presidenciável com maior intenção de voto. Essa política do reformismo favorece as tendências obscurantistas, que hoje estão influenciando as decisões do Congresso Nacional. Aqueles que tanto falam em opressão, sem reconhecer o seu fundamento de classe, acabam se curvando, diante da opressão espiritual exercida pela religião.

As necessidades vitais dos explorados e sua luta coletiva para impor à burguesia e aos governantes se chocam com os aparatos das igrejas, que tudo fazem para evitar a rebelião dos pobres, miseráveis e famintos. Os instintos de revolta dos oprimidos, pela sobrevivência no capitalismo que se decompõe, aplainam o caminho pela libertação da opressão espiritual, desde que o proletariado resolva a crise de direção, e coloque em pé o seu partido. Essa é a resposta ao avanço do obscurantismo religioso.

Declaração do Partido Operário Revolucionário (POR)

Vitórias de Bolsonaro recompõem o governo

Responsabilidade do movimento “Fora Bolsonaro”

3 de dezembro de 2021

O presidente ultradireitista está cumprindo os termos da “Carta à Nação”, orientada pelo ex-presidente golpista Michel Temer. No momento em que o governo afundava e perdia o norte, as forças que o sustentam exigiram uma reorientação, voltada a apaziguar as relações atritosas do Executivo com o Judiciário. Fizeram com que Bolsonaro dirigisse sua política no sentido das eleições de 2022. Arrefecer os choques com o STF, agravado durante o auge da Pandemia, facilitaria manejar o controle sobre o Congresso Nacional. Era preciso desarmar a artilharia da CPI do Covid, e, assim, eliminar do horizonte a bandeira oposicionista do impeachment. Bolsonaro deveria deixar de se expor como alvo da oposição, que o denunciava como um perigo à democracia, ao “Estado de Direito”. O controle do “Centrão” era a condição, não só para a sobrevivência

Nesse movimento político, não há lugar, em hipótese alguma, para a classe operária e os demais explorados lutarem e imporem seu programa de reivindicações. A Campanha Nacional Fora Bolsonaro se esgotou, com a finalização da CPI do Covid, e a eliminação da possibilidade de abertura de um processo de impeachment. Restou-lhe a perspectiva eleitoral. Essa política oposicionista disfarçou o quanto pôde a sua estratégia eleitoral, inclusive utilizando-se de determinadas reivindicações dos explorados.

do governo, como para a sua reabilitação eleitoral. Para isso, deveria entregar o comando a um homem da estirpe oligárquica, como a de Ciro Nogueira (PP), que assumiu o Ministério da Casa Civil. Haveria de deixar na sombra o grupo de militares, que compõe o núcleo da governabilidade. A compra do “Centrão”, e até mesmo de parlamentares da oposição, por meio de emenda geral do relator (RP 9), batizada pela imprensa de “Orçamento Secreto”, garantia o controle do Legislativo.

Depois de algumas derrotas importantes – voto impresso, impeachment do ministro do STF Alexandre de Moraes, e a transferência de demarcação de terras da Funai para o Ministério da Agricultura –, Bolsonaro assumiu plenamente que estava nas mãos dos partidos oligárquicos e, em especial, daqueles que formam o “Centrão”. Não pôde ir à frente, com o que se denominou “agenda de costumes”, mas seu governo já havia dado um dos maiores presentes ao grande capital, que era a reforma da Previdência, e avançava na implantação da reforma

trabalhista. Não teve como impor a reforma administrativa, que continua pendente. O que não lhe impediu de congelar os salários dos servidores, eliminar cargos, abrir espaço para a terceirização de serviços públicos, e beneficiar os militares.

Os feitos em favor do capital foram muitos, mas, nem por isso, a crise política foi debelada. Uma poderosa fração da burguesia se afastou do governo, e trabalha para constituir uma candidatura da terceira via. Esse deslocamento do poder econômico é que oferece maior perigo à reeleição de Bolsonaro.

As últimas movimentações do governo, para retomar a iniciativa política, e recuperar parte do terreno perdido, tiveram êxito. O Congresso Nacional rejeitou a decisão da Ministra Rosa Weber, contra o caráter secreto do RP-9. A manobra parlamentar, pelo visto, foi bem-sucedida. Mas, ficaram suspeitas de vasta corrupção. A PEC dos Precatórios embutiu o novo programa assistencial de Bolsonaro – Auxílio Brasil –, configurando mais um jogo, para burlar a decisão judicial de pagamento dos precatórios e a lei do Teto de Gastos. Embora setores do grande capital e a imprensa monopolista tivessem realizado uma grande cruzada, em defesa do Teto de Gastos, não houve como demover os parlamentares. E, finalmente, Bolsonaro obteve a aprovação do Senado, da indicação do pastor André Mendonça, para o STF. São três vitórias significativas, para o reerguimento do governo, e para o futuro da disputa eleitoral. Nesses três casos, parlamentares da oposição votaram com o governo, incluindo votos do PT. Para compensar o descontentamento de empresários, a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara de Deputados prorrogou a desoneração da folha de pagamento, até 2026. O que prejudica a arrecadação do INSS.

O governo ultradireitista, profundamente antioperário e antipopular, não só se manteve de pé no período de turbilhão da Pandemia e agravamento das divisões interburguesas, como saiu dele em condições de continuar desferindo golpes contra os explorados. Se não fossem a derrocada da economia do País e a explosão do desemprego e subemprego, o governo ultradireitista e fascizante não estaria sendo ameaçado pela candidatura de Lula. Sequer haveria motivo para o desespero de setores da burguesia irem atrás da constituição da terceira via. O problema, daqui para a frente, que se apresenta às oposições, é o de dificultar a retomada da iniciativa política de Bolsonaro. As quebras econômicas e o avanço da barbárie social condicionam, desde já, a corrida eleitoral.

Nesse movimento político, não há lugar, em hipótese alguma, para a classe operária e os demais explorados lutarem e imporem seu programa de reivindicações. A Campanha Nacional Fora Bolsonaro se esgotou, com a finalização da CPI do Covid, e a eliminação da possibilidade de abertura de um pro-

cesso de impeachment. Restou-lhe a perspectiva eleitoral. Essa política oposicionista disfarçou o quanto pôde a sua estratégia eleitoral, inclusive utilizando-se de determinadas reivindicações dos explorados.

As centrais sindicais, principais pilares da Campanha “Fora Bolsonaro e impeachment”, advogam, mais ou menos claramente, a constituição de um governo de conciliação de classes. A CUT disfarça esse objetivo, com a ideia de um governo que tenha, por programa, resolver a crise econômica e suas consequências sociais. A Força Sindical, explicitamente, defende um governo “que restabeleça o pacto social entre governante e a classe trabalhadora”. Para isso, propõe uma Conferência Nacional das Centrais (Conclat), “para definir propostas aos candidatos que disputarão as eleições presidenciais, uma agenda sindical, política, e até mesmo indicar nomes entre as trabalhadoras e trabalhadores para eventuais disputas legislativas”. As burocracias sindicais veem, na troca de um governo burguês por outro, a possibilidade de recuperar sua influência política nos bastidores do Estado, perdida após o golpe de 2016.

Como se constata, Bolsonaro concentra seus esforços em movimentar o aparato do Estado, os setores da oligarquia, as camadas altas da classe média, e as igrejas evangélicas para manter a diretriz da ultradireita burguesa. A esquerda reformista pretende apresentar-se para a burguesia, com a disposição de constituir um governo de conciliação de classes. E a oposição liberal trabalha para desfazer a polarização entre Bolsonaro e Lula, por meio de uma candidatura de centro-direita, que reunifique as principais frações da burguesia. Todas essas variantes dependem de arrastar os explorados, ludibriando-os com as bandeiras de retomada do crescimento, volta dos empregos, aumento da renda, redução das desigualdades, e fim da fome.

Dentre essas variantes, é necessário destacar a responsabilidade das direções sindicais, pela retomada da iniciativa política de Bolsonaro. Durante o período mais grave da Pandemia, atacaram Bolsonaro, mas se escondendo por detrás da oposição burguesa, que assumiu a diretriz do isolamento so-

cial, capitaneada pelo governador João Doria. Essas direções colaboraram com os capitalistas, na aplicação do programa de emergência do governo e do Congresso Nacional, o que resultou em passividade, diante das demissões em massa, fechamento de fábricas, perdas salariais, destruição de direitos trabalhistas, e sacrifício da juventude oprimida. A passividade e os acordos antioperários facilitaram a vida de Bolsonaro, que não teve de enfrentar uma situação propensa à agudização da luta de classes. A crise política caminhou sobre os trilhos das disputas interburguesas, por cima das necessidades, sofrimentos e tormentos dos explorados, acuados pela Pandemia, e golpeados pela crise econômica.

A luta pela independência da classe operária diante dos partidos da ordem capitalista e do Estado assume agora uma nova forma, embora permaneça o mesmo conteúdo. Desde 29 de maio, quando as direções burocráticas decidiram romper a passividade, e convocar as manifestações da Campanha Nacional Fora Bolsonaro, a defesa da independência política da classe operária e dos demais trabalhadores se materializou na denúncia e rejeição da estratégia burguesa de trocar um governo burguês por outro, por meio do impeachment. Esgotado esse processo, a luta pela independência responde diretamente à arregimentação eleitoral das massas, e, em particular, à utilização dos sindicatos e movimentos para intervirem nas disputas interburguesas, em favor de um governo de conciliação de classes. A vanguarda com consciência e classe deve ter claro que muda apenas a forma

do combate em favor do programa de reivindicações e estratégia próprios do proletariado. Cada vez se torna mais favorável a explicação e defesa da estratégia revolucionária, que corresponde a luta por um governo operário e camponês. O ponto de partida da luta pela independência dos sindicatos e do movimento dos explorados continua sendo a propaganda, agitação e organização em defesa do programa, que responde à recuperação dos empregos, salários e direitos trabalhistas e políticos da maioria oprimida.

A esquerda reformista pretende apresentar-se para a burguesia, com a disposição de constituir um governo de conciliação de classes. E a oposição liberal trabalha para desfazer a polarização entre Bolsonaro e Lula, por meio de uma candidatura de centro-direita, que reunifique as principais frações da burguesia. Todas essas variantes dependem de arrastar os explorados, ludibriando-os com as bandeiras de retomada do crescimento, volta dos empregos, aumento da renda, redução das desigualdades, e fim da fome.

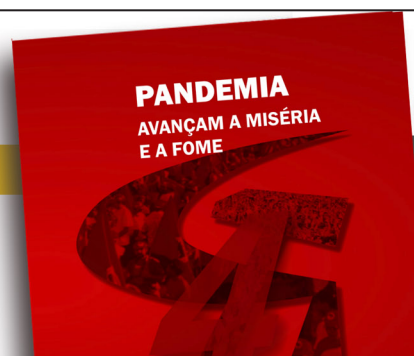
Publicado o livro:

PANDEMIA

AVANÇAM A MISÉRIA E A FOME

“

A classe operária, desorganizada e estilhaçada mundial e nacionalmente pela crise de direção, se sujeita à política pandêmica, que aterroriza as massas, com a campanha orquestrada internacionalmente pelo imperialismo, e executada nacionalmente pelos Estados. Sem o seu partido e sem uma vanguarda internacional com elevada consciência de classe, e capaz de desenvolver o programa da revolução proletária, os explorados ficam à mercê das respostas burguesas à crise econômica e pandêmica.



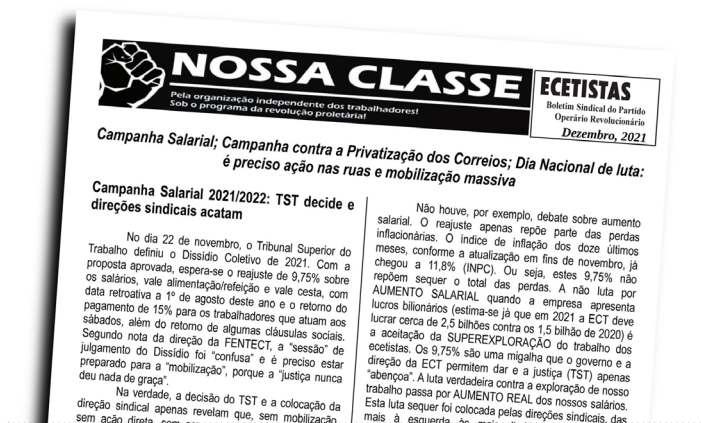
R\$40

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

Boletim Nossa Classe – Ecetistas – dezembro

O Boletim deste mês traz a discussão sobre duas campanhas, que envolvem os trabalhadores dos Correios. A primeira coloca a denúncia de que as direções das duas Federações, FINDECT e FENTECT, se mantiveram atadas pelas decisões do TST, e que a última decisão, de 22 de novembro, praticamente encerrou a Campanha Salarial deste ano. Não houve independência de classe. Houve colaboração das direções com a direção da ECT e com o governo, porque sequer houve debate sobre aumento real de salário. O índice de reposição salarial apenas atende parcialmente a inflação dos últimos doze meses. Os Correios tiveram mais R\$ 1,5 bilhão de lucro, em 2020, e devem ter mais de R\$ 2,5 bilhões, em 2021, o que significa aumento do trabalho, da exploração da força de trabalho, sem um aumento geral dos salários dos ecetistas. Coloca, como tarefa, a necessidade de organização de uma verdadeira oposição, classista, revolucionária, no interior dos sindicatos: “É mais do que urgente, que os trabalhadores dos Correios organizem uma OPOSIÇÃO de verdade, revolucionária, a estas direções traidoras, para que, em cada luta, em cada Campanha Salarial, possamos defender integralmente os interesses dos ecetistas.”

A segunda matéria do Boletim traz, mais uma vez, um pequeno balanço sobre a Campanha contra a Privatização. Denuncia novamente a política de pressão parlamentar das direções sindicais, que se fortalece, oportuna e momentaneamente, com a fala de senadores, que se colocam pela não votação do PL 591/21, de privatização da Empresa, em 2021, mas que não garantem a



não privatização, já que esta é uma política mais geral e de interesse do capital financeiro. Coloca a necessidade de erguer uma verdadeira Campanha nacional, em defesa dos Correios, que una o conjunto dos trabalhadores, e que pressione as Centrais sindicais, para que ocorram grandes atividades de rua e paralisação do trabalho, com greve geral.

O Boletim Nossa Classe termina com a Campanha geral do POR de colocar a necessidade do Dia Nacional de Lutas, com greve geral e atividades de mobilização, em todo o país. A necessidade de que, em cada categoria, em cada setor dos trabalhadores, se exija, das direções sindicais e das Centrais, este Dia Nacional, com uma Carta de Reivindicações que unifique os trabalhadores contra os capitalistas e os governos.

Rio Grande do Norte

Boletim Nossa Classe – dezembro

Operários da fábrica Guararapes denunciam as condições de trabalho na empresa

No dia 22 de novembro, o Boletim Nossa Classe foi distribuído na fábrica de confecções Guararapes, com uma matéria que denunciava as condições de trabalho na fábrica, sobre o prolongamento da carga horária, por meio do trabalho aos sábados e 1 hora a mais todos os dias, a cobrança de metas abusivas, e a sobrecarga das costureiras. A mesma matéria foi publicada no blog do Nossa Classe RN (nossaclasseblog.blogspot.com), à qual os operários e familiares tiveram acesso, o que resultou em mais de 4.300 visualizações, ou seja, houve ampla repercussão entre o meio operário. De fato, os operários e familiares se apropriaram da matéria no blog, para expressar seu ódio de classe contra a empresa.

Além disso, alguns operários e familiares aproveitaram o espaço do blog

para escrever comentários sobre as condições de trabalho no interior da fábrica, e como que isso tem afetado a própria família operária. Os comentários relatam que as costureiras estão sobrecarregadas, diante das cobranças, algumas com depressão. Chamaram a atenção, várias denúncias de operários do Centro de Distribuição (CD) Riachuelo, anexo à fábrica, em que os operários relatam pressões para trabalhar nos feriados, inclusive no dia 1º de Maio, pressões para cumprimento de metas abusivas, restrição de ida ao banheiro e beber água; tudo isso, para ganhar um salário que, com os descontos, referentes ao transporte e alimentação, fica abaixo do salário mínimo. As condições de trabalho, relatadas pelos operários do Centro de Distribuição, são a realidade em toda a fábrica,

que emprega mais de 6.500 operários. “Regime de escravidão”, expressão que os operários e familiares utilizaram para descrever a situação de exploração na fábrica Guararapes.

Alguns operários descreveram sua percepção sobre o maldito banco de horas, de que “não existe mais 100%, o trabalhador fica com o mesmo salário o ano inteiro... Banco de horas nunca será pago em reais, só em folga”. A partir de sua experiência na exploração, os operários retratam como o banco de horas anula proteções mínimas concedidas na CLT, diante do já maléfico prolongamento da jornada, como a de que as horas a mais trabalhadas devem ser pagas no salário com acréscimo de 50%, e os feriados trabalhados com acréscimo de 100% (receber em dobro).

Alguns comentários criticaram o sindicato, que “não serve de nada”, que “só serve para lascar ainda mais o trabalhador”. Um comentário defende que o sindicato deveria “organizar uma greve geral na fábrica”. É a demonstração de que a classe operária quer lutar pelos seus direitos, mas esbarra na trava da burocracia sindical, que não organiza a luta, e ainda colabora com o patrão. Esse é o retrato da dramática situação da classe operária em nível nacional. É urgente a formação de quadros operários e de frações revolucionárias, para varrer a burocracia sindical, e retomar os sindicatos como instrumento de luta, e assim recuperar a tradição política e organizativa da classe operária, destruída pela política de colaboração de

classes do reformismo.

Seguem alguns comentários, conforme as próprias palavras dos operários e familiares:

- “Estamos muito sobrecarregadas, e algumas em estado de depressão. Nunca, nestes anos de trabalho, me senti tão sobrecarregada.”
- “A minha irmã trabalha na Guararapes, e realmente o regime está de escravidão, fora que você olha para aparência dela, parece um cadáver, de tão exausta. Isso só adoce os trabalhadores, e enriquece cada dia mais essa empresa. Que não se preocupa nem um pouco com o bem estar dos seus colaboradores.”
- “O sindicato não serve de nada, só pensam em si mesmos. [...]”

- “O mesmo se aplica ao CD Riachuelo, onde fui obrigado trabalhar os 2 feriados e folgar só em 2022, foram os outros feriados que foram sempre trocados, não existe mais 100%, o trabalhador fica com o mesmo salário o ano inteiro... Banco de horas, nunca será pago em reais, só em folga!!! Esse sindicato lixo só serve para lascar ainda mais o trabalhador!!!”
- “O CD Riachuelo é pior de todos!! Eles cobram produção, se não temos direito a isso! Fala do PLR, meu Deus do céu, uma humilhação para os funcionários.. O salário nem chega a 1 mil reais líquido! Trocaram os feriados de novembro desse ano para o ano de 2022! Nem se sabe se estaremos vivos!!!”

Ceará

Boletim Nossa Classe- dezembro

O Boletim Nossa Classe trouxe, como nota central, o crescimento da inflação e a elevação do custo de vida. Sob o título “Avança a destruição das condições de vida dos operários”, mostra que a inflação dos últimos doze meses chegou a quase 11%, e que o preço da habitação, alimentação, combustível e transporte está muito acima da inflação oficial. Denuncia que os reajustes

salariais ficaram abaixo da inflação, e que muitos trabalhadores sequer tiveram seus salários corrigidos. Cita o caso dos metalúrgicos de Maracanaú, cujo reajuste mal atingiu os 5%. Em todo o Brasil, os salários são arrochados, e os preços, liberados. O poder de compra caiu vertiginosamente, e os operários têm cada vez mais dificuldades para pôr a comida na mesa. E a tendência é de continuidade dessa trágica situação. Nesse sentido, o Boletim defende duas medidas urgentes: 1) emprego a todos, por meio da redução da jornada, sem reduzir os salários (escala móvel das horas de trabalho); 2) salário mínimo vital, calculado pelas assembleias de base, necessário para sustentar uma família de 4 pessoas.

Também trouxe uma explicação do que é o salário mínimo vital, e porque devemos lutar por ele. Trata-se de um salário que assegura condições de vida digna a uma família de 4 pessoas; um salário que cubra todas as despesas familiares: aluguel, transporte, vestuário, alimentação, lazer, educação, saúde, entre outras. Denuncia o salário mínimo de fome do governo. Diz que o Dieese calcula que o salário mínimo necessário para uma família deve ser de R\$ 5.969,17. E que nenhum trabalhador deve receber menos que o salário mínimo vital, calculado pelas assembleias operárias. Conclui, dizendo que esse salário só poderá ser conquistado por meio da luta coletiva contra os capitalistas e governantes.

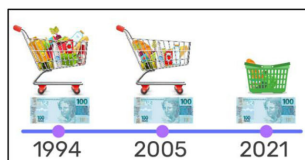


Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário-POR - DEZEMBRO de 2021

Inflação e queda do PIB:

Avança a destruição das condições de vida dos operários

A prévia da inflação de novembro medida pelo IBGE foi de 1,15% (a maior para o mês de novembro dos últimos 19 anos). A inflação dos últimos 12 meses alcança quase 11%. **A habitação, a alimentação, o transporte, os combustíveis, o vestuário tiveram aumento acima de 1% neste de novembro.**



Ao passo que a inflação vai chegando aos 11% no acumulado de 2021, os trabalhadores neste ano não tiveram reajustes ou tiveram reajustes bem abaixo da inflação, como foi o caso dos trabalhadores metalúrgicos de Maracanaú, cujo reajuste mal atingiu os 5%. Em todo o Brasil, os

Escute o Massas, podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**

Pernambuco**Reordenamento dos Institutos Federais – MEC desconsidera a consulta à comunidade e adiciona o IFPE na lista de divisão!**

Convocar a assembleia presencial de estudantes, professores e técnico-administrativos contra a divisão. Por financiamento estatal integral, e por condições de estudo e trabalho. Ligar a luta ao combate à reforma administrativa, e em defesa dos empregos, salários e direitos!

A política de “reordenamento”, que divide os Institutos Federais, sem aumentar a verba, contratações e número de matrículas, só serve para atender a propaganda enganosa do governo, de “expansão da Rede Federal de Educação”.

A proposta de reordenamento foi inicialmente apresentada pelo governo Temer. Em agosto de 2021, foi resgatada pelo governo Bolsonaro, os Institutos Federais tinham de responder, em poucas semanas, se queriam aderir ao “reordenamento”. O MEC afirmou que respeitaria o posicionamento dos Institutos. No IFPE, a proposta visava a dividir o IFPE para formação do IF Agreste-PE (Caruaru, Garanhuns, Belo Jardim, Pesqueira, Barreiros, Palmares, Vitória de Santo Antão e Afogados de Ingazeira), enquanto o IFPE ficaria com os campi Recife, Abreu e Lima, Cabo de Santo Agostinho, Igarassu, Ipojuca, Jaboatão, Olinda e Paulista. A consulta feita à comunidade rejeitou a divisão.

Mas, os parlamentares da bancada pernambucana no Congresso passaram por cima da decisão da comunidade, e acrescentaram o IFPE na lista de divisão da Rede Federal, demonstrando os interesses das oligarquias regionais para criação dos novos Institutos. A exemplo de Fernando Bezerra Coelho (MDB), líder do governo Bolsonaro, e o ex-ministro do governo Temer, Mendonça Filho (DEM). O ex-ministro do governo golpista afirma que a divisão do IFPE trará “interiorização da educação e o desenvolvimento econômico e social do interior” – como isso vai acontecer, sem a construção de novos campi, criação de novos cursos, e com os cortes de verba da Educação?

O que se tem de real serão os custos para formação de uma nova reitoria, em um valor de R\$ 20 milhões, estimado pelo Con-

selho Nacional das Instituições Federais (CONIF), ou seja, na prática, os recursos financeiros ficarão mais escassos. Além da farsa de ampliação da rede federal, que servirá de propaganda eleitoreira para o governo federal.

A campanha do sindicato, com o chamado: “Divisão Não!”, resume-se a reuniões com parlamentares, para votar contra a proposta; divulgação e abaixo-assinado nas redes sociais. Estes métodos não são capazes de impedir a aprovação da proposta. Por manter a maioria dos servidores e estudantes na passividade, não constrói a força política coletiva, que deve ser expressa nas ruas, denunciando amplamente este duro ataque à educação.

O Boletim da Corrente Proletária na Educação/POR defende: 1) Que o SINDSIFPE convoque urgentemente uma assembleia geral (presencial) de toda comunidade do IFPE, para aprovar um plano de lutas e um comitê de base, que organize ações coletivas contra o reordenamento, pelo financiamento integral da rede pública de ensino por parte do Estado; por condições de trabalho e estudo; 2) Que a direção nacional do Sinasefe retome as plenárias nacionais presenciais, e que deixe de subordinar as campanhas aos métodos de pressão jurídico-parlamentar. Que mobilize a categoria para derrubar a reforma administrativa, o reordenamento e em defesa do orçamento necessário para o funcionamento da rede federal. Abaixo os cortes!; 3) Que o SINASEFE defenda, junto às centrais e sindicatos, a convocatória de um dia nacional de greves, paralisações e bloqueios por empregos, salários e direitos trabalhistas, passo para a preparação da greve geral.

Boletim da Corrente Proletária na Educação – Universidade

O Boletim abre com a política operária, centrada em avaliar o que foi a Campanha do “Fora Bolsonaro” e seu eleitoralismo. O editorial aponta que, depois de meses sob a estratégia da “frente ampla”, a Campanha estilhou-se. Coloca a necessidade de manter a luta em torno das reivindicações. A crise econômica e política não cessou, e é preciso lutar pela independência de classe e pelas reivindicações mais sentidas, a exemplo da defesa dos salários, dos empregos e dos direitos arrancados. Afirma, em sua conclusão: “Essas reivindicações devem compor uma carta unificada de reivindicações, a ser apresentada aos patrões e aos governos. Comitês e assembleias nos locais de estudo, trabalho e moradia devem organizar as ações, para obtê-las. É preciso exigir das centrais e sindicatos que abandonem de vez os métodos virtuais de deliberação. Que seja convocado um verdadeiro dia nacional de lutas, com bloqueios e paralisações, que reagrupe as forças da classe operária, camponeses, juventude pobre e outros oprimidos, e seja a base para a construção de uma poderosa greve geral.”

Em seguida, o Boletim apresenta a matéria “Orçamento para Ciência e Tecnologia destruído em 2021 e desmobilização por

parte das direções sindicais” que trata sobre o não-pagamento e o atraso de bolsas da CAPES para programas de formação de professores. Este problema, que ocorreu nos últimos meses deste ano, se vincula à diminuição de recursos para a pasta de Ciência e Tecnologia, bem como aos cortes no orçamento geral da Educação, em nível federal. Denuncia que, apesar deste problema afetar dezenas de milhares de estudantes de graduação, as direções do movimento estudantil e sindical se mantiveram apenas na crítica à ação do governo. Os atos dos estudantes, em várias universidades, se têm mantido isolados. UNE e ANDES-SN, embora dirigidos por forças diversas da esquerda, se mantiveram, durante todo o semestre, presos à campanha do “Fora Bolsonaro”, levando ao esvaziamento da luta de estudantes e de professores por suas reivindicações imediatas.

Ainda tratando sobre o esvaziamento das lutas, a próxima matéria fala sobre a Campanha contra a PEC-32, da Reforma Administrativa. Com o título “Atos presenciais por delegação”, a matéria revela que a Campanha, organizada pelo Fórum dos Servidores Federais, de que faz parte ANDES-SN e SINASEFE, é uma Campanha centrada no método da pressão parlamentar e

de conteúdo eleitoral. A “agenda” de atividades que ocorre em Brasília é realizada por algumas dezenas de sindicalistas, que visitam parlamentares, fazem “recepção” no aeroporto do DF, participam de audiências públicas e erguem algumas faixas contra a PEC32. O “revezamento” dos representantes dos sindicatos se dá por “delegação”. Não há um só chamado para que se realize um grande ato de servidores em Brasília. Não há uma só convocação para organizar as assembleias presenciais, e organizar a greve do funcionalismo para barrar mais esta contrarreforma. O mote destas direções colaboracionistas é “se votar, não volta em 2023”. Ou seja, subordinam os interesses de milhões de servidores públicos pelo país à pressão parlamentar e ao eleitoralismo. A matéria chama à organização e à luta dos servidores, para que mais esta derrota não seja imposta pelo governo direitista.

A nota “Manifestação dos professores e servidores públicos do Paraná pela data-base” informa da manifestação de 22 de novembro, que ocorreu em Curitiba. A atividade, embora pequena, mostrou a retomada das lutas presenciais. Notou-se a falta das direções dos sindicatos de professores das universidades. A presença dos sindicatos de técnicos e da APP (educação básica estadual) é importante, mas pode significar deixar o movimento pela reposição salarial nas mãos da burocracia petista, que já fez acordos rebaixados com o governo estadual. A nota alerta ainda sobre o projeto de “Lei Geral das Universidades!” que deve estrangular, ainda mais, a frágil autonomia das universidades. Termina, colocando que esta manifestação deve ser o pontapé para a retomada das lutas.

Da Universidade Federal de Rondônia, veio a nota sobre a tentativa da oposição, de retirar a direção da ADUNIR dos bolsonaristas. Há um breve histórico da organização da oposição que, desde 2019, tem tentado, por meio da justiça e, agora, das eleições sindicais, devolver a seção sindical do ANDES-SN para a luta sindical. Os militantes da Corrente Proletária mostram que esta pequena oposição não se tem apoiado na mobilização dos professores. Por isso, primeiro quis retirar a direção – eleita – por meio de ação judicial, alegando desvio de recursos e, agora, se submeteu ao calendário antidemocrático para a eleição da nova gestão.

A nota informa o trabalho da Corrente Proletária, que indica à oposição a necessidade de organizar plenárias dos professores, e de combater os métodos burocráticos da direção bolsonarista por meio da mobilização. Conclui afirmando: “A tarefa da oposição na ADUNIR é se constituir como uma frente, apoiada nos métodos da ação direta, na defesa intransigente da democracia sindical, e em um programa de defesa da educação e dos trabalhadores. A unidade deve permanecer para além da disputa pela direção da seção, e se consolidar em cada uma das lutas que ocorrem, dentro e fora da universidade, a exemplo dos atos nacionais contra o governo, de que fizeram parte os estudantes, e que os docentes devem assumir integralmente a partir de agora.”

Duas matérias vêm de Pernambuco, uma sobre seção sindical do ANDES-SN na UFPE e outra a ação do SINDSIFPE, no IFPE. A primeira traz, inicialmente, a denúncia da realização de uma “assembleia híbrida”, isto é, com alguns professores de forma presencial e outros, de forma remota. Denuncia que isso é parte da burocratização da entidade. Aponta, em seguida, que a assembleia para prestação de contas não deveria se separar da discussão da atuação da direção sindical. Aponta que a entidade se tem separado cada vez mais das lutas nacionais e da atuação no interior do ANDES-SN, e que a “assembleia híbrida” é um passo a mais para a política aparelhista do PCdoB. Encerra, afirmando que a assembleia só contabilizou os votos remotos, e que a prestação de contas foi “aprovada” assim. Faz um chamado, para que a oposição se reúna de forma presencial, e volte a organizar a luta de estudantes e professores da universidade. A segunda matéria traz conteúdo semelhante: houve também assembleia “híbrida”, para prestação de contas da direção sindical. A atuação da Corrente Proletária foi a de apontar a necessidade de retomar as lutas presenciais e de forma integral, de organizar as assembleias presenciais, inclusive, para debater a importância das finanças do sindicato, e sua ligação com as mobilizações, e também a necessidade de responder ao conjunto de problemas que afetam o Instituto Federal, e que afetam o conjunto dos trabalhadores, neste momento de crise econômica e de ataques aos salários, empregos e direitos.

São Paulo – ABC

Intervenção da Corrente Proletária junto aos terceirizados

No dia 6 de dezembro, foi realizado um ato, em frente à Diretoria de Ensino de Mauá, das trabalhadoras terceirizadas, demitidas pela empresa Destak. Contou com a presença de cerca de 60 demitidos dessa empresa, que exigem, principalmente, o pagamento do seguro-desemprego e o FGTS, para que tenham condições mínimas de sobrevivência, até encontrar um novo trabalho. A manifestação foi convocada pela Apeoesp de Mauá, que reuniu representantes das correntes políticas que intervêm na região. O objetivo era o de pressionar o Dirigente Regional de Ensino, para que a Destak cumpra com o pagamento dos direitos trabalhistas.

A Destak é uma empresa terceirizada, que presta serviço para o governo do Estado nas escolas públicas. Portanto, é de responsabilidade do governo, o pagamento dos salários e dos direitos, no caso de a empresa deixar de cumprir esse dever elementar. Mas não é o que ocorre. O dirigente de ensino se recusa a resolver o problema. Diz apenas que a Secretaria da Educação repassa o dinheiro pelo serviço prestado à empresa, e o repasse

ocorre pontualmente. O setor de licitação para contratação de terceirizadas disse que a contratação da Destak não é de sua responsabilidade, alegando que assumiu recentemente esse setor da diretoria. Como se vê, é um jogo de empurra-empurra.

No dia seguinte, houve uma reunião da comissão de funcionários com o advogado da Apeoesp, que se comprometeu a representar os demitidos juridicamente. Mas, como sabemos, é um processo que pode demorar meses. Assim, houve concordância de fazer novo ato, agora em frente à Secretaria da Educação, no dia 13, para exigir o pagamento imediato aos trabalhadores terceirizados demitidos.

A Corrente Proletária está diretamente envolvida na organização da luta dos terceirizados. Além do pagamento imediato dos direitos desses trabalhadores, faz campanha contra a terceirização. Denuncia a superexploração dessas empresas, que pagam salários de fome, e impõem jornadas estafantes de trabalho. E exige que o governo efetive todos os trabalhadores terceirizados que prestam serviços nas escolas.

São Paulo**Boletim da Corrente Proletária – funcionários de escola****Eleições para a direção da Afuse, mais uma fraude da burocracia sindical**

As eleições para mudança da diretoria do Sindicato Afuse ocorreram no dia 26 de novembro. A burocracia aproveitou a Pandemia para introduzir a eleição virtual. Para isso, realizou um Congresso, também virtual, para modificar o estatuto do sindicato, e estabelecer os prazos de inscrição de chapas. Criou uma comissão eleitoral de apadrinhados, para dar ares de eleição democrática. Foram inscritas duas chapas: “Juntos Somos Fortes” e “Alternativa”. Como já era esperado, a Comissão Eleitoral cassou o direito da chapa “Alternativa” de concorrer às eleições, alegando irregularidades, que foram intitulados de “vícios”, entre elas, a de não vincular os nomes dos candidatos com os cargos.

Sem concorrentes, a chapa da burocracia se auto elegeu. Não precisou fazer campanha junto às escolas, nem apresentar um plano de trabalho para o próximo período. Mesmo assim, para decepção dos burocratas, somente 3.078, de um total de cerca de 10 mil funcionários, acionaram o mecanismo online para votar. Desses, 283 rejeitaram a chapa 1, votando nulo, e 75, branco.

Posição da Corrente Proletária

A Corrente Proletária divulgou um Boletim, no mês de outubro, denunciando o Congresso virtual, que impôs a eleição por meios eletrônicos. Denunciou as direções sindicais, que vêm introduzindo as assembleias, congressos e eleições online. Prática já adotada pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Sinpeem entre outros. Mostrou que esse mecanismo é inteiramente antidemocrático. Fere o princípio elementar do sindicalismo, que são as eleições diretas, o direito de constituir chapas opositoras, a campanha pelo programa das chapas junto aos trabalhadores, portanto, anula o processo democrático de escolha da direção do sindicato.

Apoiando nesse princípio democrático, a Corrente Proletária não participou do Congresso, nem das eleições virtuais. Defendeu a Afuse convocasse uma assembleia presencial, para discutir e aprovar o processo de eleições diretas. Ao mesmo tempo, fez um chamado aos setores de oposição, a rejeitarem as eleições virtuais, e fortalecerem a campanha pela convocação de uma assembleia presencial, para aprovar o processo eleitoral. Porém, uma parte da oposição se colocou pelas eleições virtuais, inscrevendo a chapa Alternativa. Após a cassação dessa chapa pela Comissão Eleitoral, a Corrente Proletária divulgou um Boletim,

rechaçando o abuso autoritário da Comissão Eleitoral, defendendo o direito da chapa Alternativa de concorrer às eleições.

Como se pode ver, a Corrente Proletária interveio durante todo o processo eleitoral. Agora, conclui, mostrando o acerto de rejeitar a farsa da burocracia da Afuse. E insiste na tarefa de erguer uma oposição classista e democrática.

Nossa tarefa

Nesses dois anos de Pandemia, a situação dos funcionários de escola se agravou. Os salários, que já eram miseráveis, há anos estão sem reajuste. As condições de trabalho pioraram. Cada vez mais, o governo reduz o número de funcionários, e impõe a terceirização. Os trabalhadores terceirizados vivem na penúria, e são sobressaltados com os atrasos de pagamento e com as demissões. Portanto, há um profundo descontentamento dos funcionários efetivos e terceirizados, com o governo e com a direção do sindicato. Lembremos que, durante a Pandemia, o sindicato fechou as portas, e passou para o mundo virtual, enquanto os funcionários foram obrigados a retornar ao trabalho, sem nenhuma discussão coletiva sobre as medidas de Doria. Essa rejeição foi materializada na recusa em votar na chapa de continuidade dessa direção sindical. Também não podemos deixar de dizer que havia ilusão de uma parcela de filiados em votar na chapa “Alternativa”, que comparecia como oposição, mas, quando foi cassada, essa parcela não viu sentido em acionar o mecanismo online para votar.

É nesse quadro que se coloca a tarefa de constituir um movimento opositorista, que tenha como ponto de partida a defesa das reivindicações vitais dos funcionários de escolas: reajuste imediato dos salários, piso salarial compatível com as necessidades de uma família de 4 pessoas, efetivação de todos os trabalhadores terceirizados, fim dos descontos da previdência dos aposentados, etc.

A burocratização do sindicato e a política conciliadora da direção somente serão derrotadas pela ação coletiva dos funcionários. Sem a organização de forte oposição classista e de luta, não enfrentaremos o governo, nem seus porta-vozes, que estão na direção do sindicato. Nesse sentido, a Corrente Proletária chama a vanguarda consciente a fortalecer essa luta, que certamente tem de estar unificada com a dos demais trabalhadores.

Rio de Janeiro**Preparar o retorno das atividades presenciais na UFF**

Que o DCE convoque uma assembleia presencial imediatamente, para que os estudantes possam decidir sobre os rumos do movimento e sobre o retorno presencial! Que essa assembleia rechace o EaD e todas as formas de mercantilização da educação!

Após a direção do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense (ICHF/UFF) propor a volta de apenas 30% das atividades presenciais para o próximo semestre, continuando com o Ensino a Distância (EaD) em modelo “híbrido”, o coletivo UFF Para o Povo convocou a primeira Assembleia Universitária, desde o início da Pandemia. A assembleia, que ocorreu no dia 23 de Novem-

bro na Reitoria da UFF, levantou a bandeira “contra o EaD” e “em defesa da ciência nacional”, e deliberou um plano de luta, em defesa da volta presencial, que começará com uma aula pública sobre autonomia universitária e co-governo estudantil, no dia 3 de Dezembro, também na Reitoria. Nessa assembleia, também foi aprovado o apoio à realização do 41º Encontro Nacional dos Estudantes de Pedagogia (ENEPE) na

UFF, em abril de 2022, que, segundo as redes sociais do coletivo, não está sendo recebido com bons olhos pela Universidade, devido à Pandemia.

A mobilização pretende que os estudantes deixem de ficar à margem das discussões, e façam parte das tomadas de decisões relativas ao retorno presencial. No entanto, notou-se que não houve um chamado amplo para a assembleia, pois, a maioria dos diretórios, centros acadêmicos e movimentos não foram nem ao menos comunicados, por isso, o evento contou com poucos estudantes organizados. Uma assembleia presencial é extremamente necessária neste momento, porém, ela deve ser convocada juntamente com o restante do movimento estudantil, e não apartada dele.

E o Diretório Central dos Estudantes Fernando Santa Cruz (DCE-UFF)? Onde está, que não ao lado dos estudantes, que se propõe a representar? Não é exagerado – nem sequer metafórico – responder: ao lado do Reitor Antônio Claudio.

Das 7 postagens que o DCE-UFF fez no seu Instagram, durante o mês de novembro, os integrantes da atual gestão aparecem ao lado do reitor em 3 delas. A proporção é de 1/1 no Facebook. Não existe nenhuma manifestação, concreta ou simbólica, em defesa do retorno das atividades presenciais. Para outras pautas, como o atraso no pagamento de bolsas da Residência Pedagógica (RP), e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), e a destinação das emendas de bancada para a conclusão de obras nos campi, a atual gestão instruiu os estudantes a pressionar os deputados do Rio de Janeiro (com quem também posaram para fotos junto do reitor), e fazer tuitaços. Além, é claro, das típicas notas de repúdio.

Fora da virtualidade, o DCE-UFF basicamente se restringiu a convocar os estudantes às ruas, nos dias marcados pelo movimento nacional Fora Bolsonaro. Publicaram um “Calendário da luta estudantil” do mês de outubro, com diversos dias de mobilização e paralisação, mas nenhuma orientação, local ou horário para qualquer ação concreta em nenhuma das datas.

A chapa Todos os Cantos, que se encontra na atual gestão do DCE-UFF, é composta majoritariamente de militantes de coletivos do PT e do PCdoB, como União da Juventude Socialista, Juventude Revolução e Levante Popular da Juventude. Eles representam a crise de direção revolucionária no movimento estudantil, que, em nome da política burguesa do isolamento social, manteve os estudantes no imobilismo por 2 anos, se limitando a exigir as condições técnicas adequadas, ao invés de efetivamente se opor ao EaD. O POR se tem dedicado a denunciar esse imobilismo, e intervir contra o EaD, seja no modelo precário em que foi implantado na Pandemia de Covid-19, seja na sua própria concepção que, além de alimentar o individualismo entre os jovens, aborda a educação como um processo repetitivo, memorístico e desvinculado da produção social, reproduzindo e aprofundando a dissociação entre teoria e prática, própria da educação sob o capitalismo.

A quem interessa o EaD? A resposta curta é: ao capitalismo. envolve o fato de que os grandes monopolistas das plataformas digitais e similares encontram novas possibilidades de lucro nesse cenário; o Estado e os patrões (no caso da rede privada) passam a precarizar relações de trabalho, e reduzir o número de docentes, a partir da redução dos recursos finan-

ceiros destinados à Educação; os movimentos organizados de estudantes, professores e funcionários perdem força e se esvaziam, fortalecendo o controle ideológico burguês; a juventude oprimida aprende somente o suficiente para se constituir em força de trabalho barata; e aqui cabe uma grande e longa reticências...

É urgente o enfrentamento à política de desmonte e mercantilização da Educação pública, contexto no qual o aprofundamento do uso do EaD está inserido. O movimento estudantil deverá se livrar das travas burocráticas e das ilusões da política conciliadora exercida pelas direções de entidades estudantis como o DCE-UFF. As assembleias presenciais são um instrumento de luta fundamental para superá-las, pois, somente a partir do debate democrático e do compromisso dos participantes em materializar as decisões tomadas, sem perder de vista os métodos de luta da classe operária e do proletariado, que é a ação direta por meio das marchas, piquetes, ocupações e greves, constituindo comitês e comandos classistas e combativos, é possível formar a unidade com os demais trabalhadores e juventude oprimida para enfrentar a ofensiva capitalista.

Rondônia

Campanha do POR contra a criminalização de camponeses

Bolsonaro e o governador de Rondônia lançaram uma ofensiva sobre os camponeses pobres, que lutam contra os despejos e a perda das terras. Os conflitos são constantes. O objetivo dos capitalistas e governantes é pôr fim a Liga dos Camponeses Pobres (PCP).

Depois de muitas denúncias e ações judiciais, os quatro presos políticos do acampamento Manoel Ribeiro, região de Chupinguaia, Ezequiel, Luís Carlos, Estéfane e Ricardo Paulino, após seis meses de prisão, foram postos em liberdade, em 29 de novembro. No entanto, foram imputados a eles crimes, e uma multa de R\$ 1.170,00, por pessoa. Portanto, continuam criminalizados.

As perseguições, assassinatos e prisões não cessam. Depois de “libertar” os 4 camponeses, mais 7 foram presos. Portanto, a luta em favor dos camponeses e indígenas deve ser constante. Mas, é preciso dar um passo à frente. Para isso, é preciso romper a política corporativa das direções sindicais e camponesas. E unir a luta no campo com a da cidade. Ou seja, dos camponeses com a dos operários e demais trabalhadores. O que exige a defesa de um programa, que tenha como estratégia o combate ao capitalismo e a derrocada da classe dominante. Não será por meio de eleições, de substituição de um governo burguês por outro, e de ampliação das bancadas parlamentares de esquerda, que colocaremos fim às perseguições, assassinatos e prisões de camponeses pobres. Será por meio da luta de classes, que imporemos as reivindicações e os direitos dos camponeses e indígenas.

USP

FFLCH jubila 600 estudantes por não obterem créditos durante Pandemia

A Comissão de Direitos Humanos da FFLCH/USP (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas) tem denunciado que mais de 600 estudantes acabam de ser jubilados. Afirma que procurou a Pró-reitoria de Graduação, que confirmou os jubilaamentos e disse serem irreversíveis.

Os três suicídios de estudantes da FFLCH, ocorridos em junho, tiveram declarações hipócritas de “acolhimento”, da parte dos administradores da universidade e faculdade. O falso lamento foi derramado sobre os mortos, que tiraram a própria vida, certamente empurrados pelas pre-

A ausência de resposta organizada por parte das direções estudantis, agravada pelo apoio a medidas da reitoria privatista, considerada pelos petistas e estalinistas como um aliado na luta contra Bolsonaro, tem sua parte de responsabilidade, tanto nos suicídios como nos jubilaamentos.

Ao contrário do seguidismo dessas direções, era necessário ter levantado um conjunto de reivindicações que expressasse a defesa dos que estudam e trabalham contra a burocracia e o governo. Convocar as assembleias presenciais e deliberar as medidas e os meios a serem tomados para isso. Essas reivindicações incluiriam a rejeição ao ensino virtual por ser destruidor da Educação; a preservação de todas as condições para os moradores do Crusp; a suspensão de todas as medidas punitivas aos que não pudessem acompanhar as aulas; o controle estudantil da moradia e de qualquer reforma nos blocos; a instalação de um governo tripartite (dos três setores), eleito diretamente pelo voto universal, com mandato revogável e subordinado à assembleia geral universitária; a unidade com os demais explorados, na defesa dos salários, empregos, direitos sociais e vacinação; pela convocação de um dia nacional de lutas, com paralisações e bloqueios, em defesa dessas reivindicações, como um passo rumo à greve geral.

É preciso organizar uma fração de oposição revolucionária às atuais direções conciliadoras e submissas à burocracia universitária, às suas instituições, aos governos e à burguesia.

A burocracia já anunciou há anos que pretende impor a cobrança de aluguel na moradia, e a desocupação de um bloco para reforma, sem prazo nem planos de devolução aos estudantes carentes, atende a esse propósito.

Durante os mais de 18 meses de pandemia, até aqui, a USP e, em particular, a FFLCH, tiveram uma conduta que prejudicou profundamente a vida escolar dos estudantes. Logo no início, a USP decidiu fechar a universidade, cortou os passes estudantis dos moradores do Crusp (Conjunto Residencial), fechou os restaurantes (depois, passou a fornecer marmitas fechadas), iniciou as aulas não presenciais (projeto que já estava pronto, desde 2016) obrigatórias, ofereceu 200 modems a moradores do Crusp, com pouquíssimos créditos de internet, demorou com a testagem, e depois, com a vacinação. A FFLCH começou afirmando que as aulas remotas não seriam obrigatórias e que nenhum estudante seria prejudicado, se não aderisse a elas. Mudou de ideia no meio do semestre, tornando-as em obrigatórias. Não moveu uma palha contra as medidas que prejudicaram os moradores do Crusp, grande parte deles dessa faculdade. USP e FFLCH prometeram a volta presencial no 2º semestre de 2021, mas adiaram três vezes, antes de suspender a.

cárias condições de vida e estudo a que foram submetidos durante a Pandemia.

Ainda este ano, iniciou o despejo do bloco D da moradia estudantil, alegando ser preciso uma reforma, certamente necessária há vários anos, mas que foi imposta no momento da Pandemia, com o movimento estudantil desmobilizado pelas direções. A reitoria se aproveita para arrancar da moradia estudantes chamados de irregulares, por não atenderem aos “critérios” da SAS (Superintendência de Assistência Social – órgão vinculado à reitoria). A burocracia já anunciou há anos que pretende impor a cobrança de aluguel na moradia, e a desocupação de um bloco para reforma, sem prazo nem planos de devolução aos estudantes carentes, atende a esse propósito.

O fato é que a USP se aproveitou da Pandemia para implantar objetivos da burocracia universitária, como o das aulas virtuais, elaborado em 2016, pelo atual vice-reitor. Trata-se de um salto na separação sujeito/objeto de estudo, e expressa a degradação elevada da Educação, como expressão direta da fase de decomposição do capitalismo.



NOVA PUBLICAÇÃO DO POR:

Revista Proletária na Educação

n° 10
ago 2020

O novo número da revista da Corrente Proletária, se constitui em uma ferramenta ideológica e prática na luta por erguer uma nova direção para os movimentos da Educação, como parte da tarefa de construção do Partido Operário Revolucionário e reconstrução da IV Internacional, o partido mundial da revolução socialista.

4 de dezembro

A luta das mulheres oprimidas deve ser por um programa de reivindicações, que unifique o conjunto dos explorados

Os governantes, as instituições e os porta-vozes da burguesia reconhecem que a pobreza, miséria e fome avançaram no período de quase dois anos de pandemia. O que quer dizer que os maiores sacrificados foram a classe operária, as camadas da classe média arruinada e os camponeses. Ou seja, a crise sanitária e econômica atingiu ampla e profundamente a maioria oprimida do país. Dentre essa população, destaca-se o agravamento das condições da mulher, dos negros e da juventude.

As mortes causadas pelo Covid-19 abateram, em grande medida, os mais pobres, miseráveis e famintos. A demora da vacinação dificultou o combate à Pandemia. Bolsonaro é um dos principais responsáveis pelo País não ter contado com um plano centralizado de imunização. Não era preciso uma CPI, para responsabilizar o governo federal. Agora, já não se fala da questão da vacinação, uma vez que o Ministério da Saúde abriu totalmente as portas para a multinacional norte-americana Pfizer.

Com o arrefecimento da contaminação e das mortes, desviou-se o foco da crise política. A impossibilidade da CPI da Covid concluir com a abertura de um processo de impeachment, por sua vez, contribuiu para o esvaziamento dessa bandeira, que serviu de guia para a Campanha Nacional do Fora Bolsonaro. Esse fato inviabilizou as tentativas de se constituir uma “frente ampla” pelo “Fora Bolsonaro e Impeachment”, que incluísse os partidos de centro-direita, que foram deslocando-se para o campo da oposição a Bolsonaro. O fracasso dessa convergência entre a oposição de centro-esquerda com a de centro-direita se confirmou no ato da Av. Paulista de 2 de outubro, quando Ciro Gomes se viu rechaçado por uma parcela de manifestantes petistas e da esquerda não petista, arraigadamente comprometida com a candidatura de Lula. A não realização de uma nova manifestação, em 15 de novembro, desmarcada pela direção da Campanha Nacional Fora Bolsonaro, indicou uma mudança de rumo. Em outras palavras, já não havia como sustentar a bandeira do impeachment, e ir adiante com a constituição da frente ampla.

As manifestações da Marcha da Consciência Negra, em 20 de novembro, ficaram muito aquém da mobilização iniciada em 29 de maio. As massas negras, portanto, de maioria proletária e camponesa, permaneceram à margem da convocação. As festividades e o culturalismo impressos nas manifestações, pelas direções do movimento negro, contrastaram com a realidade social do País. Sem que a classe operária tomasse a frente da luta contra a discriminação racial, o dia 20 de novembro

não passou de fogos de artifícios, disparados para fins eleitorais. Para a classe operária tomar a frente, era necessário que estivesse em marcha um movimento dos explorados independente da estratégia eleitoral de se trocar um governo burguês por outro, e impulsionado por um programa próprio de reivindicações. Esse programa deveria basear-se nas necessidades mais prementes dos explorados.

As reivindicações específicas das mulheres – fim da dupla jornada, salário igual para função igual, proteção à maternidade, creches para os filhos dos explorados, direito ao aborto garantido pelo Estado, e outras – fazem parte do programa próprio da classe operária, que tem por objetivo eliminar toda a forma de opressão e discriminação.

Não era desconhecido das direções sindicais e políticas da Campanha Nacional do Fora Bolsonaro que a miséria e a fome se agravaram, com as demissões em massa, perdas salariais e destruição de direitos trabalhistas. O plano de emergência de Bolsonaro e do Congresso Nacional, de um lado, não passou de um mesquinho assistencialismo, e, de outro, representou uma enorme proteção ao empresariado, que foi premiado, com recursos e com a MP 936. As mesmas direções, que levantaram a bandeira do “Fora Bolsonaro e Impeachment”, apoiaram e aplicaram esse plano de emergência. Colocaram-se sob esse

plano, em nome do combate à Pandemia, seguindo a política burguesa do isolamento social, capitaneada pelos governadores oposicionistas, liderados por João Doria.

Esse percurso de colaboração com a política burguesa do isolamento social levou as centrais, sindicatos e movimentos populares a fecharem os olhos para as demissões em massa, a multiplicação do subemprego, o aumento de flagelados e a concretização da maldita reforma trabalhista. Esse percurso levou a manter isoladas as lutas operárias contra o fechamento de fábricas, principalmente as da Ford e da LG. É nessa situação, de aprofundamento da crise social, que essas direções se mostraram incapazes de responder com as reivindicações e medidas próprias dos explorados à massificação e letalidade da pandemia.

O movimento “Fora Bolsonaro”, ao permanecer à margem das necessidades da maioria oprimida, cultivou a ilusão de que o problema se concentrava inteiramente na orientação ultradireitista do governo. O que significou e significa ocultar o caráter de classe do governo. Bolsonaro só fez o que fez, contando com o apoio de importantes parcelas da burguesia. Nenhum governo administra o Estado pendurado no ar, no caso de Bolsonaro, pendurado no céu. Uma forma de enganar e desviar a atenção dos explorados de seus problemas é a de prometer-lhes um novo governo, que os salvará da pobreza, miséria e fome.

Não há como desvincular a luta dos explorados contra o governo Bolsonaro do combate à burguesia de conjunto. O certo

é que a luta consequente contra o governo, necessariamente, é uma luta contra a classe que comanda a política e o Estado. As direções sindicais e políticas que fazem essa separação não estão pela derrubada revolucionária do governo burguês ultradireitista, mas sim por sua substituição pela via da disputa eleitoral. Eis por que não é verdadeiro o chamado do “movimento feminista”, exortando a “luta pela vida das mulheres e pela derrubada de Bolsonaro”. As bandeiras “EleNão”, “Bolsonaro nunca mais” e “Fora Bolsonaro” são parte da campanha eleitoral, impulsionada prematuramente no quadro de agravamento da crise social e política. Assim como os negros proletários ficaram à margem da Marcha da Consciência Negra, as mulheres proletárias permanecerão à margem da manifestação de 4 de dezembro. Trata-se de uma consequência política da negação, pelas direções desses movimentos, de que toda forma de opressão e de discriminação é de classe.

As mulheres exploradas pelos capitalistas são as que mais sofreram com a crise sanitária e econômica. O programa próprio de reivindicações da classe operária se volta contra as demissões, subemprego, terceirização, fechamento de fábricas, destruição de direitos, redução salarial e salário mínimo de fome. Essa é base do programa de reivindicações que une a maioria oprimida – mulheres e homens, pretos e brancos – no combate ao governo “genocida” de Bolsonaro e à classe capitalista. Esse é programa elementar que impulsiona as mobiliza-

ções, e garante a independência de classe do proletariado e dos demais trabalhadores.

As reivindicações específicas das mulheres – fim da dupla jornada, salário igual para função igual, proteção à maternidade, creches para os filhos dos explorados, direito ao aborto garantido pelo Estado, e outras – fazem parte do programa próprio da classe operária, que tem por objetivo eliminar toda a forma de opressão e discriminação. Nenhum governo burguês, ainda que conte com um vasto apoio eleitoral da maioria oprimida, poderá atender minimamente esse programa de reivindicações. O movimento das mulheres, para ser consequente com a luta pelo fim da discriminação, tem de encarnar a luta de classes dos explorados contra os exploradores.

O Partido Operário Revolucionário atendeu a esta convocação para fazer um chamado às direções sindicais e políticas, e, em particular, às organizações das mulheres, a se colocarem por uma Carta de Reivindicações, que corresponda às necessidades vitais da maioria oprimida, e que possibilite unir a classe operária e os demais trabalhadores em um só movimento, contra o governo burguês de plantão e contra a burguesia de conjunto. Que essa manifestação aprove um chamado às centrais, sindicatos e movimentos, para que convoquem imediatamente um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, como ponto de partida da defesa do programa próprio e da organização da greve geral.

Intervenção do POR nas manifestações de 4 de dezembro

São Paulo

Um ato teatral e eleitoral



A manifestação realizada na Av. Paulista teve o objetivo de retomar os atos eleitorais de 2018, que tinham como bandeira “EleNão”, agora, acrescido de “Bolsonaro Nunca Mais”. Demonstrou o abandono da saída burguesa do impeachment e a condução do movimento para as disputas eleitorais de 2022. Convocado pelo movimento de mulheres ligado ao PT, CUT, MST, principalmente, reproduziu o formato teatral e distracionista.



Os discursos se centraram nas denúncias ao governo Bolsonaro, taxado de inimigo das mulheres, e eram concluídos com a cantilena “Olê, olê, olê, olá, Lula, Lula”. As reivindicações concretas em defesa das condições de vida das mulheres, como emprego, fim da dupla jornada, proteção à maternidade, etc. foram deixadas de lado. Apesar de os organizadores do ato terem divulgado um Manifesto, intitulado EleNão! Bolsonaro nunca mais!, que fazia um relato

da atuação desse movimento durante a campanha eleitoral de 2018, um balanço de quanto o governo Bolsonaro foi nocivo para os trabalhadores, e a necessidade de lutar contra “o pior e mais nefasto governo deste País”.

A manifestação, na realidade, revelou o pouco empenho das direções em convocar as mulheres proletárias, portanto, as massas femininas oprimidas. Foi um ato que reuniu mulheres de classe média. Concentrou no Masp e caminhou por algumas quadras até a Praça do Ciclista.

O POR interveio por meio de um Manifesto, da divulgação do jornal Massas e outras publicações e do pronunciamento no carro de som. Colocou, assim, a necessidade de as direções das centrais, sindicatos e movimentos unificarem a luta das mulheres oprimidas com o conjunto dos explorados (classe operária, terceirizados, desempregados, servidores públicos etc.), por um programa de reivindicações próprio, com independência de classe.

Recife

“MULHERES DA CUT CONTRA A FOME E A MISÉRIA”, ELEITOREIRO E FESTIVO

Em Recife, o ato “Mulheres da CUT contra a fome e a miséria: Bolsonaro Nunca Mais” ocorreu na Praça do Diário, com intervenções culturais, intercaladas com discursos sobre a miséria, e sob a estratégia das eleições de 2022. Para isso, houve recomendações de já iniciar o trabalho de “formiguinha”, com os arrependidos de terem votado em Bolsonaro, e um apelo em favor da unidade ampla contra o “fascismo”, referindo-se a uma frente eleitoral para arrancar Bolsonaro.

Foi um ato esvaziado, com participação de representantes de diversas entidades. Participaram entidades estudantis, movimentos sociais, partidos políticos e a CUT. Principalmente, as direções ligadas ao PT, PCdoB e PSB. A imprensa detectou a participação de 14 movimentos sociais. Isso demonstra que as direções não convocaram suas bases para fortalecimento do ato, que iniciou e concluiu em tom de festividade.

As falas das secretarias e movimentos de mulheres do PCB e UP não se diferenciaram das falas anteriores, do ponto de vista da estratégia. O PSOL compareceu com menos peso, uma vereadora estava presente, mas não havia militância organizada e bandeiras. Apesar de a Frente Povo Sem Medo e MTST divulgarem um chamado na véspera, não houve presença da base dos movimentos.

O POR atuou com banca de materiais, distribuição do manifesto, propaganda do jornal Massas, e um pronunciamento.

No pronunciamento, mostrou que o movimento, que se iniciou em 29 de maio, esteve e está sob a estratégia eleitoral, de substituir um governo burguês por outro. As reivindicações dos explorados serviam apenas de discursos dos politiquieiros.

Ceará

Ato esvaziado, festivo e eleitoreiro não serviu à luta independente dos explorados

Sob o lema “Bolsonaro nunca mais”, ocorreu em Fortaleza o ato das mulheres, organizado pelo movimento nacional Fora Bolsonaro. O caráter de ato cultural presente na convocatória já antecipava o tom festivo, pretendido pelas organizadoras. A atividade ocorreu na Praça da Gentilândia, com apresentações musicais e culturais, e agrupou, sobretudo, as mulheres das organizações pequeno-burguesas. O esvaziamento do ato refletiu a superficial mobilização de base, assim como a rejeição dos organizadores em mobilizar as massas, sob as bandeiras econômicas de defesa de suas condições de vida.

No ato, prevaleceu o tom eleitoreiro. As falas sobre a violência contra a mulher, invariavelmente, chamavam a atenção para a importância de 2022, como ano da mudança. A ideia de mostrar que, em 2022, será preciso ampliar as lutas para derrotar Bolsonaro, mal escondiam o chamado aos explorados a se perfilarem por trás da candidatura petista em outubro. Dessa maneira, o ato não pôde servir à organização dos explorados, sob o princípio da independência de classe e ação direta contra a ofensiva dos governos/patrões.



Agora, o movimento das mulheres, sob a bandeira de “Bolsonaro Nunca Mais”, repete a mesma estratégia, alimentando ilusões nas disputas eleitorais. Esse caminho é de derrota para os explorados, porque os submete ao jogo eleitoral e os coloca na passividade (“despejar seu descontentamento nas urnas”, arrancando Bolsonaro). Também denunciou o fechamento da Kibon, que ocorrerá nos próximos dias, sem nenhuma mobilização das centrais e sindicatos. Disse que defender o emprego dos operários da Kibon é responder concretamente ao avanço da fome e da miséria. Concluiu exigindo que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, como ponto de partida para a defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas.

Adquira com o distribuidor: **R\$35**

ASCENSO E QUEDA DO PT

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.

ASCENSO E QUEDA DO PT

A LUTA PELA CONSTRUÇÃO DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

Rio Grande do Norte

Manifestação sob a bandeira eleitoral do “EleNão”

Os organizadores do ato das mulheres não se esforçaram em convocar o ato. Assim, foi o menor já realizado, após a retomada das manifestações neste ano. A novidade é que esteve sob a bandeira eleitoreira do “EleNão!”, levantada nas eleições de 2018, acompanhada da palavra de ordem “Bolsonaro nunca mais!”, que se traduz no chamado para derrotar Bolsonaro nas urnas, em 2022. Abandonou-se, definitivamente, a via de retirar Bolsonaro pela via do Impeachment.

O ato não levantou as reivindicações que de fato defendem as condições de vida das mulheres, tanto as gerais, que são comuns a todos os explorados, quanto as específicas, que dizem respei-

to ao fim das discriminações, a defesa da maternidade, etc. O chamado à via eleitoral significa cultivar a ilusão de que as mulheres e homens explorados não precisam tomar para si a solução de seus problemas, mas sim esperar por Lula em 2022. Os manifestantes se concentraram em frente ao Midway, e depois fizeram uma pequena caminhada.

O POR interveio com manifesto e intervenção no carro de som, defendendo que o movimento assuma a luta pelas reivindicações, e denunciando a perseguição sofrida pela professora Mônica, sob o governo Fátima (PT), e que até o momento não foi reconduzida a esse posto de trabalho.



Rio Grande do Sul

Ato distracionista e eleitoral

A manifestação em Porto Alegre aconteceu na Praça do Tambor (Brigadeiro Sampaio), conhecida por fragmentar os movimentos, devido à sua localização isolada. O último ato contra Bolsonaro, mas com a bandeira de luta das mulheres contra o atual governo, ocorreu chamando vários coletivos e movimentos feministas, como o coletivo Ana Montenegro, do PCB, além da presença dos partidos como PSOL, PT e, curiosamente, do partido REDE.

Notamos a movimentação das pessoas, curiosas para ler e fotografar, ao abriremos a faixa com os dizeres “Em Defesa da Revolução e Ditadura Proletárias”. Não houve manifestação de apoio ou repúdio, da parte dos partidos presentes. Também houve a entrega do manifesto “A luta das mulheres oprimidas deve ser por um programa que unifique o conjunto dos explorados”.

Um grupo de jovens neonazistas chegou a se posicionar em frente à manifestação, e começou a proferir ofensas, chamando os manifestantes de vagabundos, imputando possível perigo a todos. Houve uma breve discussão entre os poristas e eles, mas ninguém ali presente interveio, em nenhum momento. A passividade do ato era tamanha, que sequer foi capaz de rechaçar os ultradireitistas.

No decorrer do ato, manifestou-se seu caráter festivo e eleitoral, pessoas cantando, tocando e dançando, bancas de pro-

paganda política e, no momento de abertura de falas (no qual só mulheres poderiam falar), os dizeres desembocavam na via eleitoral, na solução que se daria em 2022, e no recorte de que Bolsonaro é um inimigo do corpo das mulheres, dividindo as lutas, ressuscitando o “#EleNão”.

Em meio à Pandemia, mais de 600 mil mortes, 19,1 milhões passando fome, medidas como a MP936, que estabeleceu redução de jornadas e salários, prejudicando a vida dos trabalhadores, fechamento de fábricas, como a Ford e LG, deixando muitos operários na rua, e acordos de demissão voluntária, que somente beneficiam os patrões e a burguesia, com tudo isso, não há nada a ser comemorado com festividade na situação, sabemos que a via eleitoral é a troca de um governo burguês por outro. E que o mesmo, não apenas não resolve os problemas da classe (contém as lutas com o controle dos sindicatos da organização da classe), mas deve inclusive continuar os ataques que a burguesia requer, para desejar a crise sobre os ombros dos explorados.

Contra o eleitoralismo e a festividade! Pelos métodos de luta próprios da classe! Pela Convocação de um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios, na defesa de um programa próprio e de uma Carta de Reivindicações dos explorados, por empregos, salário, direitos e saúde, pela organização da greve geral!

Publicado o livro:

RESPOSTA MARXISTA ÀS OPRESSÕES

As distintas opressões têm em comum a raiz de classe da opressão social. As suas particularidades exigem respostas que levem ao programa da revolução proletária. Este livro sustenta essa premissa marxista, que se choca frontalmente com o conservadorismo e o reformismo burgueses.



R\$ 35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

Governo pretende ir mais fundo na Reforma Trabalhista

Organizar a classe operária e demais explorados para enfrentar mais esse ataque

Depois de aprovada a reforma trabalhista pelo governo Temer, em 2017, Bolsonaro criou, em setembro de 2019, um grupo de “notáveis”, constituído de ex-ministros, juizes, advogados, acadêmicos, etc., sob a coordenação do professor da USP, Hélio Zylberstajn, denominado de Grupo de Altos Estudos do Trabalho (GAET), para dar continuidade à reforma trabalhista, alterando a CLT e a Constituição, no que diz respeito à proteção da força de trabalho. Fizeram parte também, dessas discussões, a Fiesp, CNI, Febraban, portanto, as entidades empresariais.

Agora, no final de novembro, esse grupo entregou, ao Ministério do Trabalho, um vasto documento, sobre 4 pontos: 1) economia e trabalho; 2) direito do trabalho e segurança jurídica; 3) trabalho e Previdência; 4) liberdade sindical. Trata-se de um conjunto de propostas que amplia a proteção aos capitalistas, legaliza a precarização do trabalho, e altera a organização sindical. Além de oferecer “segurança jurídica” para os empresários, na contratação de trabalho intermitente e por aplicativos, retoma a antiga proposta de governantes e da patronal, de criação de sindicatos por empresa.

No dia 6 de dezembro, as centrais sindicais se reuniram e criticaram as propostas contidas no relatório do GAET. Denunciaram medidas, como a inclusão da Carteira Verde Amarela, e a proibição do reconhecimento de vínculo empregatício para trabalhadores de aplicativos (Ifood, Uber e Happy). Mas, uma das propostas, que também é velha, foi questionada pelos dirigentes sindicais, que é o fim da unicidade sindical, e adoção de sindicatos por empresa.

Na reunião, a CUT defendeu que é preciso rejeitar essa nova reforma sindical. Disse que irá repetir a atuação institucional realizada dentro do Congresso Nacional, junto aos parlamentos, nas redes sociais, aeroportos, etc., levantando a bandeira de “Não a essa medida inconstitucional”. Lamentou o fato de a proposta de

reforma ser elaborada por um grupo seletivo, sem “ouvir, consultar, e sem nenhuma participação dos representantes legítimos da classe trabalhadora”. Por fim, chegou ao ponto de dizer que esse documento do GAET não representa o conjunto dos empresários, e que uma parte rejeita as mudanças nas relações sindicais, porque isso levaria a uma ‘desorganização sindical’, e poderia “gerar mais conflitos entre trabalhadores e empresas”. Nessa fala, se encontram explícitas a política de conciliação de classes (exigência de participação no GAET), e o sindicato como organismo para eliminar conflitos entre capitalistas e operários.

O representante da CSP-Conlutas criticou a proposta de flexibilizar e precarizar ainda mais as relações trabalhistas, arrancando o que restou na CLT. Concluiu, dizendo que o movimento sindical precisa compreender essas inúmeras propostas, fazendo um alerta de que o Congresso Nacional é controlado pelos partidos do Centrão, e que estão com Bolsonaro. E que é preciso “mais cuidado e nos preparar para lutar contra qualquer ataque”. Com luvas de pelica, diante das posições conciliadoras da CUT, a CSP-Conlutas não apresentou nenhuma proposta concreta de organização e preparação da classe operária e demais explorados, para derrubar a reforma trabalhista de Bolsonaro.

As experiências do passado recente, com a aprovação da reforma trabalhista, de Temer, e da Previdência, de Bolsonaro, em que os trabalhadores foram submetidos à política das direções sindicais (pressão junto aos parlamentares, etc.), devem servir de lição. Ou seja, não repetir a trágica derrota. Assim, é necessário, desde já, preparar e organizar a resistência coletiva contra mais esse ataque, que certamente deve estar assentada na política e nos métodos próprios de luta do proletariado, a ação direta contra as medidas do governo e dos capitalistas.

Minas Gerais

Cemig em greve pelos direitos trabalhistas e contra a privatização

Os eletricitários da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) paralisaram as atividades, desde o dia 29 de novembro. Reivindicam um Acordo Coletivo “digno”, e lutam contra a retirada de direitos trabalhistas e a privatização da estatal. Os trabalhadores têm realizado protestos na portaria da empresa, em Belo Horizonte e no interior do estado. Nas panfletagens, procuram esclarecer à população os motivos da greve, e denunciar as mentiras da Cemig e do governador Zema.

A direção da Cemig, ao invés de atender as reivindicações, apresentou uma contraproposta, retirando algumas conquistas dos eletricitários. Diante dessa situação, o movimento pela abertura de negociação continua.

As privatizações do setor elétrico avançaram, nestes últimos anos. Em julho de 2021, o governo Bolsonaro privatizou uma das

maiores distribuidoras de energia do país, a Eletrobrás. Os governadores, a exemplo de Zema, fazem ostensiva campanha pela venda das estatais, mentindo que essa é a forma para garantir serviços de qualidade à população. No entanto, não existiu e não existe uma ofensiva por parte das direções sindicais, em organizar um movimento nacional contra as privatizações e as demissões. As lutas e greves continuam corporativas. Basta um exemplo: ocorre a greve na Cemig há nove dias, os petroleiros realizam protestos, mas estão separados pelas direções dos sindicatos. Os movimentos corporativos não têm força para enfrentar uma política centralizada dos governantes, de vender as estatais estratégicas, como as de energia e petróleo. Nossa tarefa é exigir, das direções sindicais, uma verdadeira luta contra as privatizações, e em defesa das conquistas dos trabalhadores.

Empresas terceirizadas atrasam salários e aumentam a exploração

Levantar a bandeira de efetivação de todos os trabalhadores terceirizados

O sindicato dos petroleiros do ABC, de São Caetano do Sul, denunciou a CMI (empresa de serviços terceirizados), por impor aos trabalhadores uma jornada de 12 horas por dia, e por 8 dias consecutivos, na caldeiraria. As terceirizadas aproveitam o desem-

prego para submeter seus operários a condições sub-humanas de trabalho. Valem-se da mão-de-obra abundante no mercado, para esfolar o quanto podem, ampliando as jornadas de trabalho.

Os petroleiros da Recap fizeram uma paralisação, no dia 6 de

dezembro, para reivindicar o pagamento dos salários e do PLR, que estão atrasados, para cerca de 300 trabalhadores terceirizados. A empresa havia prometido regularizar os pagamentos dos salários, mas só depositou o 13º salário, no dia 3, que também estava atrasado.

A exploração, os atrasos de salários e o não cumprimento de direitos trabalhistas têm provocado protestos e greves. A terceirização cresceu muito, em todos os setores, inclusive nos serviços públicos, após a aprovação da reforma trabalhista. Dentro de algumas fábricas, chegou-se ao ponto de ter mais de 10 empresas terceirizadas, com regimes de trabalho, salários e direitos diferentes. Essa divisão, entre trabalhadores diretamente contratados pela empresa, e os que prestam serviços por meio das terceiriza-

das, vem dificultando a luta coletiva contra o patronato. No momento de greve, a empresa continua produzindo, porque, se os efetivos estão parados, os terceirizados estão trabalhando.

Como se vê, para os capitalistas, a terceirização foi um grande negócio. Para a classe operária e os demais trabalhadores, a terceirização significou rebaixamento geral do valor da força de trabalho, ampliação da rotatividade, maior exploração e perda de antigas conquistas. E, fundamentalmente, o esfacelamento da força coletiva, para enfrentar o patronato. Eis aí por que não há outra saída, a não ser preparar a luta para pôr fim à terceirização, que deve ter como ponto de partida a luta pela efetivação de todos os trabalhadores terceirizados.

Burocracias sindicais vestem o manto da caridade

Arrancar a máscara das burocracias, e recuperar os sindicatos para a luta

As centrais sindicais – CUT, Força Sindical, CTB, CSB, NCST, CSP-Conlutas e Intersindical – e os movimentos populares lançaram uma campanha nacional “Natal Sem Fome: cultivando a solidariedade”. Rechearam a campanha assistencialista de discursos, sobre os milhões que vivem na pobreza, ou em “insegurança alimentar”. Vão repetir o que fizeram no começo da Pandemia: coletar cestas-básicas, e distribuir nas ocupações, favelas e cortiços. Agora, aproveitam a campanha burguesa natalina para fazer caridade.

Sabemos que a crise econômica, aprofundada com a Pandemia, colocou quase 20 milhões na extrema pobreza, e cerca de 100 milhões em “insegurança alimentar”. O desemprego e o subemprego destroçaram famílias inteiras. O auxílio emergencial, de Bolsonaro e do Congresso Nacional, foi miserável, e ainda assim não abarcou todos os famintos. O novo Auxílio Brasil, que é menor que a metade do salário mínimo, também não atingirá o enorme contingente de pobres. Enquanto o governo ludibriava os miseráveis, que tinham de passar horas e horas nas portas dos bancos, para sacar o auxílio, as direções sindicais, com uma mão, fecharam os sindicatos, viraram as costas para o crescimento das demissões, e fizeram acordos de redução salarial e suspensão de contratos; e, com a outra, posavam de humanitários, doando cestas-básicas. Agora, diante da trágica situação da maioria oprimida, comparecem vestindo o manto da caridade natalina.

É preciso arrancar essa máscara hipócrita das burocracias e recuperar os sindicatos para a luta pelo emprego, salário e direitos trabalhistas. A tarefa urgente dessas direções é organizar um poderoso Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios. Levantar a bandeira de emprego a todos, que nenhum pai ou mãe de família esteja desempregado ou subempregado. Defender um salário mínimo vital, capaz de cobrir as despesas de uma família de 4 pessoas, que, segundo o Dieese, deveria ser de R\$ 5.969,17.

Rondônia

Camponeses e indígenas denunciam o envenenamento de peixes. Responder com o programa operário e a luta de classes

Camponeses e indígenas temem envenenamento de peixes, nas águas do rio Branco, no município de Alta Floresta d'Oeste, pois, constata-se o aparecimento de peixes mortos, boiando nas águas do rio, nas Terras Indígenas da Zona da Mata. Esta situação atinge as comunidades indígenas e agricultores, que vivem ao longo do leito do rio, entre Rolim de Moura e Alta Floresta d'Oeste.

Essa conduta tem sido comum no estado, quando grileiros latifundiários querem invadir alguma área. Fato semelhante aconteceu na fazenda Santa Elina, conforme denúncia apresentada pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), quando Antenor Duarte e Amir Lando cometeram o crime de pulverizar veneno na vegetação e águas daquela terra, para afugentar e matar indígenas e facilitar a grilagem. Decorrente deste crime, em 1995, aconteceu, no mesmo local, um conflito, que ficou conhecido como o “Massacre de Corumbiara”.

O volume de espécies de peixes que morreram, decorrente do crime ambiental, ocorreu entre a Aldeia Colorado, Aldeia Palhal, Morada Nova e Barranco Alto. A quantidade já teria ultrapassado cinco toneladas, que corresponde a mais de cinco mil quilos, fato estarrecedor, pois, este crime ambiental não se limita à perda das 5 toneladas, dele decorrem outros. São peixes de várias espécies: pintado, pirara, arraia, traíra, tucunaré e outros, que fazem parte da sobrevivência daqueles que se mantêm de produtos da floresta e dos rios. O envenenamento, ou qualquer outra forma de crime sobre o meio ambiente, atinge todo o bioma e, de imediato, afeta a saúde destes povos, por meio de outros alimentos retirados do local.

Ocorre que essa região é controlada por famílias, por oligarquias políticas, a exemplo do Grupo Cassol, proprietário de oito pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), no Rio Branco. Para algumas lideranças, uma das prováveis causas da mortandade de peixes pode estar relacionada à retenção da água, e à falta de oxigênio para os cardumes. O certo é que são os capitalistas, latifundiários, grileiros e empresas de garimpo que cometem os crimes ambientais. O envenenamento de peixes e a destruição das florestas são consequências da política depredatória dos governantes e da burguesia. Está aí por que a burguesia e os governos são incapazes de defender o meio ambiente e as populações indígenas e ribeirinhas. Somente a classe operária e o campesinato, organizados sob o programa do proletariado, poderão enfrentar as ações destrutivas do capitalismo e da classe dominante.

Adquira com o distribuidor: R\$35

AS ESQUERDAS NO BRASIL

O livro desenvolve o percurso de mais de 20 anos em torno da batalha contra as várias correntes revisionistas de esquerda, como parte da luta pela elaboração do programa e da construção do partido revolucionário.

O Trotskismo diante da Tarefa de Construir o Partido Revolucionário

AS ESQUERDAS NO BRASIL
O Trotskismo diante da tarefa de construir o partido revolucionário

RECONSTRUIR O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA, A IV INTERNACIONAL

Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos escancara seu grau de burocratização

A CSP-Conlutas fracassou em seu objetivo de combater a burocracia cutista

Um acontecimento colocou, às claras, o tamanho da decomposição da política dirigente do Sindicato Metalúrgico de São José dos Campos. Esse sindicato operário, dirigido pelo PSTU, reproduz as velhas práticas da burocracia direitista, que comanda o Sindicato Metalúrgico de São Paulo. Ou seja, oferecer aos operários sorteios de prêmios. Há muito, a Força Sindical e seu maior sindicato operário realizam sorteios de carros, casas, motos e eletrodomésticos aos trabalhadores, que comparecem às festividades de 1º de Maio. Essa conduta foi muito criticada pelas correntes de esquerda, inclusive pelo PSTU e a CSP-Conlutas. No início, até a CUT rejeitava essa prática, considerada antissindical. Nos últimos tempos, foi naturalizando-se, e se tornando política das burocracias sindicais. O que é nova foi a forma com que a direção do Sindicato Metalúrgico de São José realizou a velha prática da direita forcista.

A direção do sindicato convocou para a live, intitulada de Festival dos Metalúrgicos de final de ano, e anunciou o sorteio de 140 prêmios, entre eles dois carros, dez motos e nove TVs de última geração. Diferente da burocracia direitista, que entregava os cupons nas portas de fábricas, e somente concorria quem comparecia no dia 1º de Maio, a burocracia de esquerda criou o critério de participação para os sócios que autorizaram o desconto de 1% na PLR, ou pagaram a taxa de participação. No entanto, os sócios que fazem parte das fábricas que não assinaram acordo de PLR, para participar, precisaram pagar uma taxa de R\$ 30. Alegando dificuldades de realizar o sorteio presencial, em função da Pandemia, instituiu a festa e o sorteio online. Seguindo os passos das burocracias forcista e cutista, o festival contou com show de cantores sertanejos. Lamenta que a festa será virtual, mas diz que terá muita “animação”. Como parte dessa “animação”, barris de cerveja Heineken serão sorteados e levadas à casa do operário, durante o festival. O presidente do sindicato conclui o chamado, dizendo que os “trabalhadores merecem esta festa”.

Fizemos essa descrição, porque pode parecer que se trata de uma denúncia vazia da direção do sindicato dirigido pelo PSTU. Ao contrário, essa prática passou a fazer parte da política das burocracias, que usam os sindicatos para realizar festas de final de ano. O PSTU já vinha seguindo esse caminho. O que nos pareceu inovador foi usar a Pandemia para aumentar a arrecadação do sindicato, cobrando 1% na PLR e uma taxa adicional de trinta reais, para os operários que ainda não receberam a PLR. Com essa arrecadação extra, a direção destinou parte para compra dos prêmios. É assim que o PSTU orienta a direção do sindicato a corromper os operários. Usa as festas, os sorteios e os shows para corromper a classe operária, mantendo-a na passividade, e submissa a essa política antioperária.

O Festival dos Metalúrgicos ocorre no momento em que mais de 13 milhões de trabalhadores amargam o desemprego, 33 milhões estão no subemprego e 19 milhões de pessoas passam fome no País. No momento em que famílias inteiras sobrevivem comendo restos de lixo, e outras centenas estão nas ruas ou sendo ameaçadas de despejos nas ocupações. No momento em que 615 mil perderam suas vidas, vítimas do Covid-19, e, na sua maioria, são

pobres e miseráveis. O PSTU – que faz discursos contra a fome e miséria, e que chama as direções sindicais a construir a greve geral contra o governo e os patrões – usa seu sindicato operário para comemorar o final do ano, usando a mesma forma burguesa de corromper os explorados (presentes, shows e bebidas).

O POR criticou o PSTU por cindir a CUT, ao mesmo tempo que caracterizou e caracteriza a direção da CUT como uma burocracia conciliadora e traidora dos interesses da classe operária. A cisão fazia parte da política do centrismo (morenismo), de criar uma “nova alternativa para os trabalhadores”, bandeira repetida desde 2006, quando da realização do Conat. Entre as críticas feitas pelo POR à cisão, há uma que merece ser destacada: “A Conlutas não teria como expressar um setor majoritário da classe operária, para que fosse uma central operária capaz de organizar a maioria oprimida”. O POR evidenciou que o caminho do PSTU, de constituir uma nova central, não era a política correta para combater e derrotar a burocracia traidora da CUT. Eis mais uma colocação que expressa bem a posição do POR: “o movimento de divisão da CUT, liderado pelo PSTU, compõe-se de traços burocráticos e ultraesquerdistas”. Hoje, o que vemos é uma CSP-Conlutas e seus sindicatos seguindo os passos das burocracias cutistas e forcistas, para citar apenas as duas maiores centrais. Haja vista, os acordos de redução salarial e suspensão de contratos (MP 936), a adoção da farsa das assembleias e do 1º de Maio virtuais, a rejeição de campanhas salariais unificadas para impor as reivindicações da classe operária, a realização de acordos com a patronal sem luta, etc. Como vemos, a bandeira de que estava nascendo uma nova alternativa para os trabalhadores escondia, na realidade, o objetivo do PSTU de criar seu aparato sindical. Aparato este que carregou a política de conciliação de classes das burocracias cutistas e forcistas, e os vícios para corromper a classe operária.

A vanguarda com consciência de classe está obrigada a atuar no interior desses aparatos sindicais burocratizados, com a política da independência de classe, com as reivindicações que unificam empregados e desempregados, e com os métodos da luta de classes. Nesse momento, o POR exige que as centrais, sindicatos e movimentos rejeitem a estratégia de submissão dos explorados à disputa burguesa em torno às eleições de 2022, e se coloquem por convocar um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios, como ponto de partida para a luta pelos empregos, salários e direitos trabalhistas. É preciso recuperar o instinto de revolta dos trabalhadores, o que implica combater as práticas burocráticas, levadas a cabo pelas direções sindicais e políticas. O que implica rechaçar todos os mecanismos distracionistas, que conduzem a corromper a relação entre sindicato e trabalhador. Como a corrente centrista (PSTU) não tem o programa da revolução proletária, os sindicatos sob sua direção acabam se tornando aparatos de sua política conciliadora. Eis por que a CSP-Conlutas fracassou no seu objetivo de combater a burocracia cutista, que é estatizante e traidora dos interesses gerais do proletariado. Está colocada a bandeira de pôr em pé uma única central, democrática, classista e de luta de classes.

Retomada do curso de formação política

A única atividade coletiva que o POR suspendeu, durante a Pandemia, foi o seu curso mensal de formação política. No dia 5 de dezembro, iniciamos um novo ciclo de estudos. A criação da Associação 1º de Maio de Cultura Proletária propiciará uma série de atividades sobre as conquistas programáticas e teóricas da classe operária.

O estudo constante do marxismo, nas condições de crise de direção, se impõe, como uma tarefa coletiva de formação de quadros revolucionários.

Por vários meses, discutiremos as formulações de Lênin, voltadas à Revolução Russa e ao internacionalismo proletário. O livro, escrito e editado pelo POR, *“Lênin Estrategista da Revolução Proletária. Apontamos da história do Partido Bolchevique”*, servirá de base para as discussões desse novo ciclo.

O estudo do marxismo, no processo prático de construção do partido e de intervenção na luta de classes, é uma atividade essencial, principalmente na época de crise de direção e retrocesso da organização independente do proletariado. É comum a vanguarda com consciência de classe se deparar com deformações do marxismo-leninismo-trotskismo, promovidas por correntes reformistas, estalinistas e centristas. Um exemplo é o da dissolução do proletariado como classe revolucionária, sob a fórmula genérica de “classe trabalhadora”. O marxismo abriu caminho enfrentando, tanto

a ideologia dominante da burguesia, quanto variações pequeno-burguesas que se reivindicavam dos explorados. Marx e Engels combateram o anarquismo, proudhonismo, lassalianismo, etc. Os revolucionários da época imperialista do capitalismo se viram diante do revisionismo do marxismo. Lênin esteve à frente desse combate sem trégua.

Figuras como Plekhanov e Kautsky exigiram um enorme esforço dos marxistas, para identificar os fundamentos pequeno-burgueses e burgueses do seu revisionismo. Hoje, as deformações do marxismo também se processam pela via do revisionismo. O estudo constante do marxismo, nas condições de crise de direção, se impõe, como uma tarefa coletiva de formação de quadros revolucionários.

O POR, desde sua origem, desenvolve sistematicamente o curso de formação política. Acumulou experiência no método de estudo, em que estão vinculados, de forma interdependente, a teoria e a prática. O novo ciclo guarda uma diferença com os anteriores, pelo fato de iniciar com o estudo das contribuições de Lênin ao marxismo, tendo como meio a assimilação do percurso histórico de seu sistema de ideias, que se acha exposto no livro *“Lênin Estrategista da Re-*

volução Proletária. Apontamos da história do Partido Bolchevique”.

Vimos a necessidade de introduzir o novo ciclo com a discussão sobre a concepção e o método da formação marxista. Utilizamos, para isso, os seguintes textos de Lênin: 1) Discurso no 1º Congresso de toda Rússia de Instrução Pública; 2) Discurso pronunciado na Conferência de toda a Rússia das Comissões de Educação Política dos Departamentos de Instrução Pública Provinciais e Distritais; 3) Projeto de Resolução, ao 1º Congresso de toda a Rússia, do Proletcult. As discussões se deram sobre os seguintes conceitos e formulações de Lênin: 1) a escola não pode existir à margem da política e servir ao conjunto da sociedade; 2) a escola como instrumento de dominação de classe da burguesia; 3) o exercício do monopólio do conhecimento na sociedade de classe; 4) o conhecimento como um arma de luta do proletariado para vencer a burguesia; 5) a influência da igreja sobre a escola; 6) o papel da ditadura do proletariado na tarefa de educação, no período de transição do capitalismo ao socialismo; 7) a luta de classes e a concepção marxista do mundo; 8) o marxismo como ideologia do proletariado. Discutidos em grupos, passou-se à plenária, que se encarregou de fazer uma síntese das principais formulações sobre a formação política.

Abaixo publicamos os textos discutidos.

Discurso no 1º Congresso de toda a Rússia de Instrução Pública

Lênin, 28 de agosto de 1918

A instrução pública é parte integrante da luta que estamos travando; podemos opor a verdade plena e honesta à hipocrisia e às mentiras. A guerra demonstrou claramente o que significa “a vontade da maioria”, frase que a burguesia utilizou como máscara; demonstrou que, em defesa de seus interesses, um punhado de oligarcas arrasta os povos à matança. (...)

Com a instrução pública, ocorria o mesmo: quanto mais culto era o Estado burguês, com tanta maior sutileza mentia, quando afirmava que a escola pode existir à margem da política, e servir ao conjunto da sociedade.

Nos fatos, a escola tinha sido transformada em nada mais do que um instrumento de dominação de classe da burguesia, estava profundamente penetrada de um espírito burguês de casta, e tinha por objetivo proporcionar, aos capitalistas, servidores fiéis e operários competentes. A guerra demonstrou

que as maravilhas da técnica contemporânea são utilizadas como meio para exterminar milhões de operários, e para que os capitalistas, que se beneficiam dela, acumulem enormes riquezas. A guerra está derrotada internamente, pois, nós, com a verdade, temos desmascarado todas as suas mentiras. Nós dizemos que nosso trabalho no plano da Educação é parte da luta pela derrocada da burguesia; declaramos publicamente que a Educação, separada da vida e da política, é uma mentira e uma hipocrisia. O que significou a sabotagem dos representantes mais destacados da antiga cultura burguesa? A sabotagem demonstrou nitidamente o que pode fazer qualquer agitador, melhor que todos os nossos discursos e milhares de nossos folhetos, que eles consideram que o conhecimento é seu monopólio, e o convertem em instrumento de dominação dos chamados “de baixo”. Utilizaram sua cultura para combater a

obra de construção socialista, e atuaram abertamente contra as massas trabalhadoras.

Na luta revolucionária, os operários e camponeses russos completaram sua educação: compreenderam que somente nosso regime lhes dá um genuíno poder, e se convenceram de que o poder estatal faz tudo para ajudar os operários e os camponeses pobres a esmagarem completamente a resistência dos Kulacs, os latifundiários e os capitalistas.

Os trabalhadores anseiam adquirir conhecimentos, porque necessitam deles para vencer. Nove, de cada dez trabalhadores, compreenderam que os conhecimentos são uma arma na luta que travam por sua emancipação, que seus fracassos se devem à falta de instrução, e que agora dependem deles mesmos, para que a Educação seja uma verdade acessível a todos. (...)

(Obras Completas, Lênin, vol. XXIX, Akal Editor)

Discurso pronunciado na Conferência de toda a Rússia das Comissões de Educação Política dos Departamentos de Instrução Pública Provinciais e Distritais

Lênin, 3 de novembro de 1920

(...) O principal, que deve estimular os camaradas a participarem juntamente conosco no trabalho conjunto de cultura e de instrução, é a questão da ligação da Educação com a nossa política. O nome pode antecipar algo, se necessário, pois, em toda a linha de nossa tarefa educativa, não podemos manter-nos na antiga posição da educação apolítica, não podemos organizar o trabalho de educação desvinculado da política.

Tal ideia dominou e domina na sociedade burguesa. Falar de educação “apolítica” ou “não política” é hipocrisia da burguesia, não é outra coisa, senão enganar as massas, oprimidas em 99% pelo domínio da Igreja, da propriedade privada, etc. A burguesia, que domina em todos os países burgueses, empenha-se precisamente em enganar as massas dessa maneira.

E, quanto maior importância tem aí um aparato, tanto menos liberdade tem em relação ao capital e à sua política.

A ligação do aparato político com a Educação é extraordinariamente sólida em todos os Estados burgueses, apesar de a sociedade burguesa não poder reconhecê-la diretamente. Entretanto, essa sociedade influencia as massas, por intermédio da Igreja e de toda a instituição da propriedade privada.

A nossa tarefa fundamental consiste, entre outras coisas, em contrapor a nossa verdade à “verdade” burguesa, e fazer o seu reconhecimento.

A transição da sociedade burguesa para a política do proletariado é uma transição muito difícil, tanto mais que a burguesia nos calunia incessantemente, com todo o aparato de propaganda e agitação. Procura obscurecer, o máximo possível, o papel ainda mais importante da ditadura do proletariado, a sua tarefa educadora, de particular importância na Rússia, onde o proletariado constitui uma minoria da população. Entretanto, aqui, esta tarefa deve ser colocada no primeiro plano, pois, temos de preparar as massas para a construção do socialismo. Não se poderia sequer falar de ditadura do proletariado, se o proletariado não tivesse adquirido uma grande consciência, uma grande disciplina, uma grande dedicação, na luta contra a burguesia, isto é, a soma de qualidades que é preciso colocar para a completa vitória do proletariado sobre o seu velho inimigo.

Não partilhamos do ponto de vista utópico, que supõe que as massas trabalhadoras estão preparadas para a sociedade socialista. Sabemos, com base em dados precisos de toda a história do socialismo operário, que isso não é assim, que a preparação para o socialismo é dada só pela grande indústria, pela luta grevista, pela organização política. E, para alcançar a vitória,

para levar a cabo a revolução socialista, o proletariado deve estar capacitado para a ação coesa de derrubar dos exploradores. E agora vemos que, quando conquistou o poder, adquiriu toda a capacidade necessária, e a transformou em ação.

Para os trabalhadores da Educação e para o partido comunista, como vanguarda da luta, a tarefa fundamental deve ser ajudar a educar e a formar as massas trabalhadoras, a fim de superar os velhos costumes, os velhos hábitos, herdados do velho regime, hábitos e costumes de proprietários, que estão profundamente arraigados nas massas. (...) Não podemos deixar de colocar o problema abertamente, admitindo abertamente que, apesar de todas as velhas mentiras, a Educação não pode estar desvinculada da política. (...)

O partido pode corresponder mais ou menos aos interesses da sua classe, sofre uma ou outra modificação ou correção, mas ainda não conhecemos outra forma melhor, e toda a luta, na Rússia Soviética, que suportou, durante três anos, a pressão do imperialismo mundial, está ligada ao fato de que ao partido se coloca, conscientemente, a tarefa de ajudar o proletariado a desempenhar o seu papel de educador, organizador e dirigente, papel sem o qual é impossível a derrubada do capitalismo. As massas trabalhadoras, as massas operárias e camponesas, devem superar os velhos hábitos da intelectualidade, e reeducar-se para a construção do comunismo; sem isso, é impossível iniciar a obra de construção. Toda a nossa experiência mostra que esta obra é demasiado séria, e, por isso, não devemos perder de vista o reconhecimento do papel predominante do partido, e não podemos omitir, na discussão, o problema da atividade, da obra de organização. (...)

O Commissariado do Povo da Instrução Pública passou por uma longa luta; a organização dos professores combateu, durante muito tempo, a revolução socialista. No âmbito dos docentes, consolidaram-se particularmente os preconceitos burgueses. Aqui, manteve-se uma prolongada luta, tanto sob a forma de sabotagem direta, como de uma tenaz conservação dos preconceitos burgueses, e, por isso, estamos obrigados a conquistar lentamente, passo a passo, uma posição comunista. (...) Os trabalhadores da Educação foram educados no espírito dos preconceitos e hábitos burgueses, no espírito hostil ao proletariado, estiveram totalmente desvinculados dele. Agora, devemos educar um novo exército de mestres educadores, que deve estar estreitamente ligado ao partido, às suas ideias, que deve estar impregnado do seu espírito, deve atrair para si as massas operárias, impregná-las do espírito do comunismo, in-

teressá-las por aquilo que fazem os comunistas. (...)

Deve dizer-se que as centenas de milhares de professores constituem o aparato que deve impulsionar o trabalho, despertar o pensamento, lutar contra os preconceitos que ainda existem nas massas. A herança da cultura capitalista, o fato de que a massa dos professores está impregnada com os seus defeitos, com os quais essa massa não pode ser comunista, não pode, no entanto, impedir que se integrem esses professores nas fileiras dos trabalhadores da instrução política, porque esses professores possuem conhecimentos, sem os quais não podemos alcançar os nossos objetivos. (...)

Temos necessidade de cada agitador e propagandista, que cumpre a sua tarefa, quando trabalha estritamente segundo o espírito de partido, mas que não se limita apenas ao partido, e se lembra de que a sua tarefa é dirigir centenas de milhares de professores, despertar o seu interesse, vencer os velhos preconceitos burgueses, atraí-los para aquilo que fazemos, transmitir-lhes a consciência da imensidão do nosso trabalho, e, só passando a este trabalho, poderemos conduzir, para o caminho correto, esta

massa que o capitalismo oprimia e afastava de nós. (...)

Mas, como entender a política? Se se entender a política no velho sentido, se pode cometer um grande e grave erro. A política é a luta entre as classes, a política é a atitude do proletariado, que luta pela libertação contra a burguesia mundial. Mas, na nossa luta, destacam-se dois aspectos: de um lado, a tarefa de destruir a herança do regime burguês, de destruir as tentativas de esmagar o Poder Soviético, repetidas por toda a burguesia. Até agora, foi esta a tarefa que mais ocupou a nossa atenção, e que impediu que se passasse à outra tarefa, a tarefa da construção. Segundo a concepção burguesa do mundo, a política estaria desligada da economia. A burguesia dizia: trabalhem, camponeses, para ter a possibilidade de subsistir; trabalhem, operários, para ter, no mercado, tudo o necessário para viver, mas a política econômica é conduzida pelos seus patrões. No entanto, não é assim; a política deve ser um assunto do povo, um assunto do proletariado. (...)

(Obras Completas, Lênin, vol. XXXIV, Akal Editor)

Ao 1º Congresso de toda a Rússia do Proletkult Projeto de Resolução

Lênin, 8 de outubro de 1920

1. Na República Soviética operária e camponesa, todo ensino, tanto na esfera da educação política em geral, quanto, especificamente, no da arte, deve estar impregnada do espírito da luta de classes do proletariado, pela realização vitoriosa dos objetivos de sua ditadura, isto é, pela derrocada da burguesia, da abolição das classes e da supressão de toda a exploração do homem pelo homem.
2. Portanto, o proletariado, tanto por meio de sua vanguarda, o partido comunista, como por meio do conjunto das organizações proletárias, em geral, deve tomar a mais ativa e firme participação no domínio da instrução pública.
3. A experiência da história moderna e, em particular, da luta revolucionária de mais de meio século do proletariado, de todos os países do mundo, desde a publicação do Manifesto Comunista, demonstraram, indiscutivelmente, que a concepção marxista do mundo é a única expressão correta dos interesses, dos pontos de vista e da cultura do proletariado revolucionário.
4. O marxismo adquiriu importância histórica, como ideologia do proletariado revolucionário, porque não repudiou de modo algum as mais valiosas conquistas da época burguesa, mas, pelo contrário, assimilou e reelaborou tudo o que houve de valioso, em mais de dois mil anos de desenvolvimento do pensamento e da cultura humanos. Somen-

te o trabalho que se realiza sobre essa base e neste sentido, inspirado na experiência prática da ditadura do proletariado, que é a etapa última da luta deste contra toda a exploração, pode ser considerado como o desenvolvimento de uma cultura verdadeiramente proletária.

5. Mantendo-se firmemente neste ponto de vista de princípio, o Congresso de Toda a Rússia do Proletkult rejeita, categoricamente, como teoricamente falsas e praticamente nocivas, todas as tentativas de inventar uma cultura particular, de isolar-se em organizações especializadas, de separar os campos de ação do Commissariado do Povo de Instrução Pública e do Proletkult, ou de estabelecer a “autonomia” do Proletkult dentro das instituições do Commissariado do Povo de Instrução Pública, etc. Pelo contrário, o congresso impõe a todas as organizações do Proletkult a obrigação incondicional de se considerarem inteiramente órgãos auxiliares da rede de instituições do Commissariado do Povo da Instrução Pública, e de realizarem as suas tarefas sob a direção geral do Poder Soviético (especialmente do Commissariado do Povo de Instrução Pública) e do Partido Comunista Russo, como parte das tarefas da ditadura do proletariado.

(Obras Completas, Lênin, tomo XXXIII, Akal Editor)



Litoral

Curso de Formação Política da Corrente Proletária da Educação

Lançamento do livro do POR “Lênin Estrategista da Revolução Proletária, Apontamentos da história do Partido Bolchevique”

O lançamento do livro ocorreu no dia 27 de novembro, na sede do Sitri-con – Caraguatatuba. Iniciou com uma exposição acerca do conteúdo geral, e como ocorreu a elaboração coletiva do livro. Mostrou que se trata de uma exposição das principais formulações de Lênin, divididas em três partes: Assimilando o leninismo, Lênin estrategista, e Apontamentos sobre a história do Partido bolchevique.

Foram escolhidos dois artigos para a discussão: 1) “II Duma”, que traz a concepção leninista acerca do trabalho dentro e fora do Parlamento. Tem o mérito de mostrar a análise dialética acerca

do papel do Partido Operário, nos momentos de ascenso e descenso da luta de classes, e do papel tático da atuação legal, subordinada à estratégia da tomada revolucionária do poder. Nesse ponto, a discussão se voltou às ilusões em torno à participação no parlamento por parte da pequena burguesia, e as colocações de Lênin sobre a intervenção do partido operário no parlamento. 2) “Unidade Principista”, mais uma vez, se discutiu o papel tático subordinado à estratégia proletária de tomada de poder. Lênin fundamenta a divergência irreconciliável do bolchevismo com a social democracia alemã e russa, que tinham apoia-

do a guerra imperialista, e, em nome de uma unidade abstrata, buscavam o apoio bolchevique.

Após o estudo coletivo, houve a leitura e discussão da matéria publicada no Massas 651, que tratava do fracasso da Campanha Nacional Fora Bolsonaro, enterrada pela direção petista, pecebis-ta e apaniguados. A discussão apontou para o acerto da linha porista, que, desde o começo da campanha, se distinguiu das demais correntes, ao levantar as bandeiras mais sentidas pelos oprimidos, ao invés de se subordinar às decisões parlamentares, e enganar o povo com as ilusões eleitorais.

GRUPO DE ESTUDOS DO POR E A FORMAÇÃO POLÍTICA MARXISTA

Em 2019, a célula porista com intervenção no IFSP iniciou um Grupo de Estudos (GE) do Marxismo, visando a difundir os fundamentos e métodos da teoria marxista entre os estudantes e professores desta instituição. Nesse período, foram feitos estudos dos clássicos *Manifesto do Partido Comunista* e *Do Socialismo Utópico ao Científico*. No ano seguinte, a continuidade do curso, em seu formato presencial, ficou inviável, devido ao fechamento da instituição com a Pandemia. Assim, passamos a realizar o estudo de maneira virtual e semanalmente.

O POR não interrompeu suas atividades práticas durante a crise sanitária. Partimos da compreensão da luta de classes para tomar a decisão de não suspender nossa ação. Os explorados permaneceram nas ruas, seja no trabalho, que para a maioria explorada permaneceu presencial (com exceção de uma camada pequeno burguesa, que pode fazer home office), seja na luta pela sobrevivência nos trabalhos informais, na busca por emprego, por comida, etc. Os revolucionários estão onde as mas-

sas estão, independente da dificuldade enfrentada. Essa consideração é importante aqui para mostrar que o estudo virtual não estava em oposição à atuação presencial, contou apenas como um elemento de fortalecimento político dos militantes e simpatizantes, que realizaram os estudos dos clássicos ao longo desses 21 meses. O formato virtual trouxe ainda uma vantagem, que foi a incorporação ao estudo de camaradas de outros estados, fortalecendo o desenvolvimento nacional do POR.

No formato virtual, o GE se debruçou sobre obras clássicas do marxismo, fazendo sempre nas discussões a vinculação com a prática, partindo da premissa de que não existe prática revolucionária sem teoria revolucionária. Foram lidos e discutidos integralmente os seguintes textos: As três fontes constitutivas do marxismo (Lenin), Programa de Transição (Trotsky), O Estado e a Revolução (Lenin), Crítica ao Programa de Gotha (Marx), A origem da família, da propriedade privada e do Estado (Engels), Salário Preço e Lucro, e introdução da Contribuição



R\$ 30

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DO MASSAS

LANÇAMENTO LIVRO

**Lênin estrategista
da revolução proletária**

Este livro faz parte da luta da vanguarda consciente em superar a crise mundial de direção, construindo o Partido Operário Revolucionário, como seção brasileira do Comitê de Enlace pela Reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.



Nova
Coleção
Editorial

**Lênin estrategista
da revolução proletária**

*Apontamentos sobre a história
do Partido Bolchevique*

LANÇAMENTO LIVRO

**Lênin estrategista
da revolução proletária**

Este livro faz parte da luta da vanguarda consciente em superar a crise mundial de direção, construindo o Partido Operário Revolucionário, como seção brasileira do Comitê de Enlace pela Reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.



Nova
Coleção
Editorial

à Crítica da Economia Política (Marx), e Esquerdismo, doença infantil do comunismo (Lenin). No último período, modificamos o método, e passamos a elencar conceitos fundamentais do marxismo para estudar através de extratos de textos clássicos. O conjunto de conceitos estudados no último semestre foi: classe social, luta de classes, consciência de classe e partido. Esses conceitos possuem relação dialética, e merecem nossa atenção aqui.

Partimos da concepção marxista de classe social, através do papel que cada grupo ocupa na produção social, de acordo com a propriedade ou não dos meios de produção, e da parte da riqueza social que cada grupo se apropria. Com textos de Lênin e Guillermo Lora sobre o assunto, compreendemos que a precisão científica do marxismo em relação às classes garante as respostas corretas aos problemas sociais que são colocados pelo modo de produção capitalista, bem como define claramente as tarefas de cada classe na luta revolucionária. Combatemos, neste estudo, as abstrações dos reformistas e centristas em relação a “classe trabalhadora” em geral, que não distingue a classe operária dos demais trabalhadores, que não fazem parte da produção de valor na sociedade, ainda que sejam tão explorados ou até mais. Marx, Engels e Lenin combateram, há mais de um século, as fórmulas genéricas de “produtores em geral”, “trabalhadores em geral”, etc., que mascaram o antagonismo existente entre o proletariado e a burguesia.

Avançamos para a compreensão de que a existência de classes antagonicas no modo de produção capitalista (uma que é detentora dos meios de produção, e outra que nada possui, além de sua força de trabalho), geraria inevitavelmente uma luta entre as classes. A luta de classes é o terreno da disputa entre os diferentes interesses dessas classes em relação à produção e distribuição da riqueza. Estudamos o texto clássico “Mensagem do comitê central à Liga dos Comunistas”, escrito por Marx e Engels, em 1850, onde a posição proletária sobre a revolução de 1848 ficou plenamente definida.

Em seguida, o GE se debruçou sobre o problema da consciência de classe. Neste sentido, foi fundamental a leitura e discussão de extratos do livro “A ideologia alemã”, de Marx e Engels, juntamente às “Teses sobre Feuerbach”. Tratava-se de compreender as bases do materialismo (e combate ao idealismo), para avançar na compreensão marxista sobre o problema da consciência. Discutimos com os simpatizantes que a cons-

ciência de classe é fruto de um trabalho coletivo, que se dá no terreno da luta de classes, não apartado dela. Por isso, a transformação da classe em si, em classe para si, ou seja, a tomada de consciência do seu papel histórico, só pode se dar pela ação de sua vanguarda consciente, o partido revolucionário. Os textos estudados em seguida, os últimos deste ano, foram fundamentais para fechar esse ciclo de estudo coletivo. Foram eles: “A teoria marxista do partido político” (POR boliviano/Lora) e “As Teses de Pulacayo”, aprovadas na Federação dos Trabalhadores Mineiros da Bolívia, em 1946. Estes textos permitiram um grande fechamento desse bloco de conceitos, onde o partido revolucionário é seu elemento fundamental, pois, a classe operária só pode executar sua ação consciente através dele. As Teses de Pulacayo, apesar de ser um dos principais documentos políticos da América Latina, é ainda desconhecida por grande

parte da militância, e isso precisa ser superado. Um militante de outra organização que participou de nossos estudos fez essa afirmação. Neste documento sindical, está expressa da forma mais clara possível a tomada de consciência pela classe operária boliviana, que aprovou em seu congresso um documento revolucionário.

Partimos da compreensão de que a militância revolucionária deve se elevar como quadros, para dirigir as massas em sua luta pelas necessidades imediatas e a

Partimos da compreensão de que a militância revolucionária deve se elevar como quadros, para dirigir as massas em sua luta pelas necessidades imediatas e a consequente transformação dessas lutas, no combate definitivo pela derrubada do sistema de exploração assalariada.

consequente transformação dessas lutas, no combate definitivo pela derrubada do sistema de exploração assalariada. Assim, esse tipo de formação política não pode se dar nas escolas e universidades, onde o controle sobre o conteúdo e sobre os métodos está nas mãos da burguesia. No período histórico em que vivemos, o imperialismo, época de decomposição do capitalismo e de suas relações sociais, os sindicatos não cumprem mais o papel de formador político dos trabalhadores, o mesmo vale para as entidades estudantis. Desta maneira, a formação dos quadros marxistas só pode se dar dentro do partido revolucionário, a partir da prática e elaboração teórica coletivas.

Este GE se mostrou uma importante ferramenta na aproximação e elevação dos simpatizantes do POR. Vindos de diversas categorias, como professores, estudantes, operários e camponeses, mostraram disciplina no estudo e na discussão e compreenderam as ideias fundamentais discutidas, o que se expressou concretamente na atuação prática de vários desses camaradas nas distribuições do boletim Nossa Classe, nas portas de fábrica, atuação nos atos, e ingresso nas fileiras do POR.

R\$ 15

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DO MASSAS



Lições da Comuna de Paris
Março / Maio de 1871

LANÇAMENTO LIVRO

Lições da Comuna de Paris

Este livro é parte da luta pela superação da crise de direção e recuperação do terreno perdido para a contrarrevolução. As lições das derrotas e vitórias nunca se perdem. Nossa tarefa é a de mantê-las e usá-las como arma do proletariado.

Marxismo
Teoria e Programa

Nova
Coleção
Editorial



Nesta edição:

- **Bolívia:** O suposto “governo do povo” pretende impor um regime trabalhista escravista, no melhor estilo burguês.
- **Bolívia:** O governo de Luis Arce é antioperário e inimigo dos sindicatos.
- **Argentina:** O balanço Eleitoral da esquerda centrista.
- **Honduras:** Os explorados têm de esgotar sua experiência com o nacional-reformismo.
- **Lênin:** Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique.

Artigos das Seções

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional


Bolívia

O suposto “governo do povo” pretende impor um regime trabalhista escravista, no melhor estilo burguês

Já havíamos advertido: a mobilização e posterior manifestação masista, organizada a partir do Poder, com recursos do Estado, para demonstrar força, estava dirigida, mais contra os explorados que haviam imposto sucessivas derrotas ao governo, recorrendo à ação direta, do que conta a velha direita.

A intromissão oportunista nestes conflitos sociais, por parte da velha direita opositora, aglutinada ao redor do ultrareacionário Comitê Cívico de Santa Cruz, caiu como uma luva, nas mãos do governo, para disfarçar a sua arremetida reacionária contra as massas oprimidas e exploradas, que começam a ganhar as ruas, enfrentando as medidas e ações governamentais que lhes afetam, enquanto anuncia agir contra a conspiração “destabilizadora” da oposição direitista.

A extinção da Administração de Aeroportos e Serviços Auxiliares à Navegação Aérea (AASANA), deixando nas ruas quase mil trabalhadores, pelo delito de exigir que recebam as horas-extras, bonificações, vale-refeição, etc., atrasados por meses, que por direito lhes são

devidos, como conquistas históricas, incluídas na Lei Geral do Trabalho, mostra claramente a real face do governo do MAS: um governo profundamente antioperário, antipopular, que atua com a mentalidade patronal.

Com cinismo, o Ministro Edgar Montaño diz aos seus “irmãos” trabalhadores da AASANA: nós atiramos vocês na rua da amargura, mas, como revolucionários que somos, reconhecemos os seus direitos, vamos pagar todas as verbas rescisórias, como dita a Lei Geral do Trabalho. A partir de agora, uma parte de vocês, “irmãos”, pode incorporar-se à nova empresa NAABOL, na qualidade de escravos, sob o Regime de Funcionário Público, fora da Lei Geral do Trabalho, com menos direitos.

É claro que se trata de um ataque aos sindicatos combativos, que, como no caso da AASANA, recorrem a medidas de pressão, como a greve, em defesa dos legítimos direitos.

O cínico e imbecil Ministro de Obras Públicas, Edgar Montaño, deu especial ênfase a este aspecto, condenando a “in-

transigência” sindical, de reclamar que se pague a parte dos salários atrasados, recorrendo, em quatro oportunidades, a ameaças de paralisações, além de apontar, a seus “irmãos” demitidos, que (não podia faltar) “não se deixem levar” pelos afãs golpistas; aceitem revolucionariamente a sua nova condição de desempregados, ou empregados em estado de escravidão.

Morte ao governo reacionário do MAS!

Os trabalhadores, urgentemente, devemos ajustar as contas com a direção sindical cobista, cúmplice do governo antioperário e antipopular! Viva a independência política e sindical, diante da burguesia exploradora e seus governos! Por um governo operário-camponês e de todos os oprimidos!

**PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL
DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA
RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL**



R\$ 35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DE MASSAS**

NOTA DE REPÚDIO AO FECHAMENTO DA AASANA

O magistério urbano de Cochabamba divulgou um pronunciamento, condenando o fechamento da AASANA, e alertando que o governo desenvolve uma política francamente neoliberal, antieducação e antioperária. Transcrevemos abaixo trechos do documento

O governo de Luis Arce é antioperário e inimigo dos sindicatos

Fecha uma empresa pública, demite mais de mil trabalhadores, e atenta contra o direito de sindicalização

A Federação Departamental de Trabalhadores da Educação Urbana de Cochabamba, igualmente a muitas outras organizações sindicais e sociais do país, pronuncia-se, condenando a decisão do governo de fechar a AASANA, e criar outra empresa encarregada de controlar a navegação aérea e de aeroportos bolivianos (NAABOL); com esta manobra, típica dos governos antioperários, demitem mais de mil trabalhadores que, da noite para o dia, se veem privados do sustento diário, dos benefícios da seguridade social, e engrossam o exército de desempregados, que cresce, dia após dia, contrastando com a demagogia governista de que a Bolívia vive um crescimento econômico sustentável, e que o desemprego está em seus níveis mais baixos.

As consequências econômicas e sindicais desta medida são percebidas com clareza, e desnudam a natureza do governo do MAS, que aplica uma política francamente neoliberal, e está determinado a destruir os sindicatos dos setores que estão decididos a defender os seus direitos e conquistas.

Como todos os governos direitistas e reacionários, orienta-se em fechar as empresas públicas consideradas deficitárias, para criar, no seu lugar, outras sob um regime de dura flexibilização trabalhista (reduzindo a força de trabalho com regimes de superexploração, soldos e salários de fome, redução de benefícios sociais, e privação dos serviços mais elementares, como educação e saúde, etc.). O objetivo central desses governos neoliberais é reduzir o custo de produção, aumentando a exploração sobre os trabalhadores.

Alertamos que este governo tem, entre os seus planos, aplicar a mesma política na seguridade social, no curto prazo, na educação fiscal, nas empresas de mineração estatal, fomentar que os empresários privados apliquem os mesmos critérios na indústria fabril, e outras. Resumindo, pretende descarregar, sobre as costas dos trabalhadores, o peso da crise econômica, mantendo, a salvo, os interesses do Estado burguês e da classe dominante. Denunciamos também que, por esta manobra de

fechar empresas públicas e criar outras, pretende dar abrigo aos correligionários do MAS, deixando na rua todo trabalhador considerado opositor do governo.

Finalmente, com o fechamento das empresas públicas, amparadas na Lei Geral do Trabalho, e substituindo-as por outras, no marco do regime do serviço público, pretende extirpar as organizações sindicais como instrumentos da luta dos trabalhadores. Deste modo, busca materializar a supressão definitiva do princípio da independência política-sindical das organizações sindicais. O governo quer passar a controlá-las despoticamente, com mãos de ferro.

Condenamos os atuais dirigentes da COB e as organizações nacionais dos diferentes setores, por se terem convertido, com o seu silêncio e sua inércia, em correia de transmissão desta política abertamente reacionária e antioperária de Luís Arce, e os exortamos a convocar uma urgente mobilização nacional para frear esta política antioperária.

Cochabamba, 5 de dezembro de 2021.

(...) com o fechamento das empresas públicas, amparadas na Lei Geral do Trabalho, e substituindo-as por outras, no marco do regime do serviço público, pretende extirpar as organizações sindicais como instrumentos da luta dos trabalhadores.

LANÇAMENTO ▶

R\$ 35

100 ANOS DA REVOLUÇÃO RUSSA

RECONSTRUIR O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA, A IV INTERNACIONAL

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR:

100 anos da Revolução Russa

RECONSTRUIR O PARTIDO DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA MUNDIAL, A IV INTERNACIONAL

Argentina

O balanço Eleitoral da esquerda centrista

Segundo a *Frente de Esquerda e os Trabalhadores – Unidade* (FIT-U), uma “eleição histórica” ocorreu, neste último final de semana. Não é para menos, uma vez que a frente eleitoral, com aproximadamente 1.270.000 votos, conquistou quatro deputados nacionais: dois em Buenos Aires, um pela Cidade Autônoma de Buenos Aires (CABA), e 1 por Jujuy (o oficialismo provincial tentou, sem êxito, roubar-lhe a titulação ao candidato eleito Alejandro Vilca). Conseguiu eleger, além disso, vários legisladores pela CABA, Buenos Aires, vereadores em importantes distritos da Grande Buenos Aires, e representação provincial em Neuquén, Córdoba e Jujuy.

O crescimento dos votos em Buenos Aires e CABA, de mais de 30% em relação às PASO, pode explicar-se, parcialmente, graças ao mecanismo que alijou o *Novo MAS* e a *Tendência do Partido Obrero* das eleições gerais; há também outro componente, que foi a maior participação eleitoral; mas é importante assinalar que também conseguiram capitalizar eleitoralmente o descontentamento de uma parcela importante da população nesses distritos. Não se podem desconsiderar os quase 600.000 votos em Buenos Aires, ou os mais de 140.000, na CABA. Como revolucionários, partindo das enormes diferenças programáticas que nos separam dos partidos integrantes da FIT-U, somos obrigados a explicar este fenômeno.

A FIT, e sua transformação em FIT-U, se constituiu com finalidade nitidamente eleitoreira: conquistar legisladores onde for possível. O ingresso do MST, em 2019, esteve impregnado da mesma especulação eleitoral, no sentido de que, se conseguisse abocanhar o voto dos que votavam antes no MST, poderiam aspirar a mais deputados. Esta especulação teve um início bastante problemático nas eleições executivas de 2019.

As eleições legislativas, ao contrário das executivas de 2019, sempre oferecem melhores possibilidades para estes partidos eleitoreiros, pois, não são condicionados pela eleição presidencial, que tende a polarizar as eleições ainda mais. Por isso, devemos localizar nossa análise, inicialmente, no caráter legislativo desta votação e, secundariamente, no inquestionável triunfo da FIT-U em torno aos objetivos que eles se colocaram.

Ao cotejar com as eleições legislativas prévias de 2013 e 2017, diante das quais resulta mais real a comparação, notamos que a FIT havia conseguido 1.190.000 votos na primeira, e 1.121.000 na segunda, ao passo que agora conquistou 1.265.000, o que constitui um incremento em relação às anteriores. Porém, em termos gerais, a esquerda eleitoreira, no seu conjunto, (incluindo agora a *Autodeterminação e Liberdade*, o *Novo MAS* e agora o *PO-Tendência*) não teve grandes variações. Ou seja, em 2013, conquistaram, no total, 1.342.000 votos; em 2017, 1.348.000; cifras bastante similares, diante dos atuais 1.375.000 votos. Quer dizer, um fenômeno que deve ser enfatizado é a concentração de votos da esquerda eleitoreira na FIT-U. Novamente, um êxito para a frente, que buscou persistentemente isto.

Esta concentração teve duas facetas principais. De um lado, a incorporação do MST e, de outro, a impossibilidade do restante dos partidos, de superar as PASO (eleições prévias cujo

resultado funcionam como cláusula de barreira), nas maiores províncias. Em geral, o que existe é um estancamento dos votos à esquerda, desde 2013, e não um crescimento. Provavelmente, o fenômeno da concentração de votos da esquerda no FIT-U reflete uma relação entre as PASO e as eleições gerais, quanto à quantidade de votos na esquerda, com incremento de 6%. Em setembro, o total de votos foi de 1.290.000, enquanto, agora, foram 1.375.000. Esses 6% de incremento se podem relacionar, também, aproximadamente com o aumento de 7%, na participação dos eleitores nas eleições gerais, em relação às PASO (de 66,2% para 70,9%).

A FIT, e sua transformação em FIT-U, se constituiu com finalidade nitidamente eleitoreira: conquistar legisladores onde for possível. O ingresso do MST, em 2019, esteve impregnado da mesma especulação eleitoral, no sentido de que, se conseguisse abocanhar o voto dos que votavam antes no MST, poderiam aspirar a mais deputados. Esta especulação teve um início bastante problemático nas eleições executivas de 2019.

Olhando com maior atenção, e lembrando que houve um incremento real de votos, tanto na CABA, como na Província de Buenos Aires (principalmente), significa que houve lugares onde a FIT-U perdeu votos, em relação às PASO. Este fato esteve praticamente ausente nos balanços, até aqui esboçados, e é muito representativo do que ocorre, no conjunto do país, à autoproclamada “terceira força”. Embora o crescimento para a FIT-U entre as PASO e as eleições gerais tenha sido de 20%, em 2013, havia sido de 31% e, em 2017, de 25%. Mas, vejamos o seguinte: em 2013, das 18 províncias em que se apresentaram, em 11 aumentaram a quantidade de votos nas gerais; em 2017, das 21 províncias em que conseguiram passar, em 13 aumentaram os votos; nas eleições de 2021, das 21 províncias em que passaram, somente em 10 aumentaram seus votos. Isto quer dizer que, em 11, reduziram os votos da FIT-U ... Onde foram parar?

Sobre uma base de areia

Um grave problema desta “eleição histórica” é que se realiza com uma análise superficial e auto proclamatória, nas quais o debate se limita a consagrar o objetivo dos 4 deputados alcançados. Mas, dessa forma, se constrói sobre areia, enganando os militantes, enganando a organização, e tentando enganar o resto da população. Vejamos alguns exemplos do *Partido Obrero*.

Em Catamarca, afirmam que os resultados foram “os melhores da história da esquerda na província”. Contudo, em 2017, haviam conseguido algumas centenas de votos a mais.

Em Neuquén, dizem que “é a melhor eleição da FIT-U na província”, porém, tanto em 2013, para a FIT, como em 2017, para o conjunto da esquerda, tinham conseguido mais votos (muitos mais). Em Santa Cruz, falam da manutenção dos votos em relação à PASO, quando, na realidade, baixou ... A quem querem enganar com tudo isto? Por que mentem tão descaradamente?

Em Chubut, não mencionam, no seu balanço, a diminuição da quantidade de votos em relação às PASO; ou em Tucumán, onde falam na “duplicação de votos”, seguramente devido ao fato do *Partido Obrero (Tendência)* não ter podido superar as PASO (que impõe um mínimo para ter direito de apresentar candidatos) mas, não falam da drástica diminuição, em relação a 2017. Em Rio Negro, onde assinalam “uma boa eleição”, escondem que diminuíram os votos em relação a setembro, e que caíram abruptamente, em relação a 2013. Ou em Córdoba, mencionando uma “recomposição em relação a outubro de 2019”. Esqueceram-se de assinalar que perderam mais de 16.000 votos em dois meses (de setembro a novembro), que foram parar, não apenas na *Frente de Todos* (que só aumentou 7.000), senão também às outras variantes patronais do PJ (Schiaretti), ou ao juecismo (Luis Juez – PRO). Era seu dever explicar isso no balanço, mas, tentam esconder!

Enfim, abundam os exemplos, em cada balanço provincial, que não explicam o lugar que ocupa, inclusive em termos eleitorais, a frente democratizante. O mais interessante, contudo, está numa nota sobre Santa Cruz, onde, perante uma parte da população “desacreditada do sistema eleitoral”, a FIT-U tentou “entusiasmar estes setores”, para que votassem neles. Expliquemos o que acabamos de ler: a FIT-U colaborou na perda das ilusões democráticas, precisamente no sentido inverso ao dos revolucionários. Ao invés de aprofundar esse processo instintivo das massas, tentaram alimentar suas ilusões. Para mostrar basta um só botão.

E agora?

A FIT-U conseguiu o que buscava e nada mais, essa é a expressão “histórica” de sua votação. Devemos assinalar que esse voto não tem um conteúdo político revolucionário, nem caráter progressivo, porque não implica uma ruptura com as ilusões democráticas e suas instituições; não implica uma luta no sentido dos métodos históricos da classe operária; nem abre novas perspectivas do caminho a tomar para enfrentar os açoiotes, cada vez mais frequentes, da política burguesa.

Lamentavelmente, o extenso tempo que gastaram na imprensa, quase em cadeia nacional, como em debates, o desperdiçaram para dar mais vida a um regime decomposto, e atrair novamente os desencantados a terem ilusões na democracia burguesa. Esse voto “não reforça a luta”, “para que a crise não seja paga pelos trabalhadores”, mas acrescenta obscuridade e confusão. Por isso, lutamos, nestas eleições, pelo voto nulo programático, porque era nosso dever elementar, como revolucionários, apesar da enorme pressão exercida pelo centrismo.

Assinalamos, mais uma vez, que não existem possibilidades de ultrapassar seu limitado campo de ação, não têm pers-

pectivas além da disputa eleitoral. Inutilmente, o MST coloca que a tarefa agora é “deixar de ser uma frente eleitoral”, ladainha que vêm repetindo ininterruptamente, desde 2011. Não bastam as declarações que se façam nesse sentido, para esconder o fio condutor que une essas organizações da frente. Gabriel Solano, do PO, colocou que estamos numa transição política (de onde para onde?). E que “nada é irreversível”. Equivoca-se, Solano: a renúncia de uma organização à política revolucionária, à luta pela ditadura proletária é irreversível. Devemos resgatar, pelo contrário, essa valiosa militância das organizações eleitoreiras.

O POR tem de dedicar especial atenção, não apenas no eleitor da esquerda centrista, com uma ideia deformada de como se preparar para o que virá. O POR deve atender esses 30%, que não foram votar (percentual mais alto numa eleição geral), deve centrar sua atenção nos 1.170.000 de votos nulos e brancos que, embora menor que nas PASO (como sempre ocorre), foram superiores às legislativas de 2017 e 2013 (e também às executivas de 2019, 2015 e 2011). Quer dizer, assistimos um incipiente e prematuro processo de ruptura de ilusões democráticas, que não se explicam, nem pelo coronavírus, nem pelo incômodo ato eleitoral, mas, pelo descontentamento evidente,

e pelo entendimento de que as eleições não podem dar-nos as respostas para enfrentar os ataques às nossas condições de vida e trabalho.

Nossa intervenção na campanha eleitoral foi de enorme clarificação política. Foi uma amostra evidente de que se pode intervir com posições revolucionárias, explicando pacientemente o que devemos esperar desse engodo deliberado, chamado eleições. A imprensa, os panfletos, os comunicados nos bairros,

feiras e fábricas, onde intervimos, concretizaram a campanha do partido por abrir espaço, diante da enorme quantidade de materiais que chamavam a confiar no circo eleitoral e na sua democracia burguesa.

O livro publicado “Os revolucionários nos parlamentos burgueses” e a atividade de apresentação foi outro ponto alto em nossa campanha, para combater programaticamente as ilusões democráticas, e colaborar com essa compreensão. Conseguimos enfrentar o cretinismo parlamentar, praticado pelas organizações centristas, que renunciaram às formulações históricas dos revolucionários que nos precederam. As redes sociais também serviram para divulgar as ideias revolucionárias da classe operária.

Cada eleição deve ter um balanço preciso da nossa intervenção, e também das organizações com as que, dia a dia, lutamos e até conseguimos ganhar sindicatos (como aconteceu recentemente na ATEN Capital, junto com alguns partidos pertencentes à FIT-U). Esta complexa e denodada tarefa de apresentar um balanço revolucionário para o debate coletivo, somente pode fazê-lo o POR, temperado nas ideias do marxismo-leninismo-trotskismo.

(Extraído do *Jornal Massas*, nº 405, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

Honduras

Os explorados têm de esgotar sua experiência com o nacional-reformismo

A tarefa da vanguarda é de construir o partido revolucionário

Com a participação de 68% dos eleitores, o pleito de 28 de novembro resultou na vitória de Xiomara Castro, com 53% dos votos, do partido Liberdade e Refundação (Libre). Nasry Asfura, do Partido Nacional (PN), obteve 33,8%.

Os nacional-reformistas retornam à presidência, após doze anos. A vitória de Castro resultou da maior participação eleitoral já registrada nas últimas décadas. O novo governo contará com maioria parlamentar, deslocando os partidos oligárquicos do controle do legislativo. O PN se manifestou favorável à “transição pacífica do poder”. Os empresários, o imperialismo e a Organização de Estados Americanos (OEA) saudaram a presidenta eleita, e se dispuseram a trabalhar com o novo governo, pela “resolução dos graves problemas do país”.

Castro celebrou a vitória eleitoral como sendo a derrota do golpe. Ressaltou a importância da democracia para as massas decidirem sobre os rumos do país. Prometeu que irá governar apoiada em plebiscitos populares. Disse, ainda, que agora é a hora de mudar o país, e defendeu sua promessa de campanha, de convocar uma Assembleia Constituinte, para “refundar o país”. Porém, a declaração de fé nas virtudes da democracia e instituições burguesas ocultou as reais determinações econômicas e políticas que obrigaram os golpistas a reconhecerem a “vitória democrática” de Castro, e aceitar o retorno ao poder daqueles que tinham derrubado por meios antidemocráticos.

O golpe de Estado de 2019, com apoio do imperialismo norte-americano, comprovou a eficácia dos golpes que preservam a caricatura da democracia formal. Instaurou-se uma ditadura civil, que sobreviveu recorrendo à fraude eleitoral e à centralização autoritária das instituições. A decisão das vítimas do golpe, de participarem da fraude das eleições, demonstrou que os nacional-reformistas se acomodaram às condições impostas pelo golpe. Porém, Honduras sofreu com a crise econômica de 2016, agravada pela explosão da crise pandêmica, destruíram as raquíticas bases econômicas e sociais do país centro-americano. A desagregação econômica e social alavancou os negócios da fração burguesa ligada ao narcotráfico, constituindo-se na atividade comercial mais lucrativa do país. O que acabou envolvendo figurões do alto escalão político (Tony Hernández, irmão de Juan Orlando Hernández, o presidente derrotado, assim como o filho do ex-presidente Porfirio Lobo Sosa, que governou o país entre 2010 e 2014, foram presos por narcotráfico nos EUA), e desagregando os governos surgidos do golpe.

Honduras é o segundo país mais pobre do continente, depois do Haiti. 65% da população afundaram na pobreza extrema. O PIB retrocedeu -7,5%. As desnacionalizações e a destruição da economia empurraram dezenas de milhares de hondurenhos a fugirem do país, com destino aos EUA. Esse fluxo serviu como fonte de divisas, provenientes de remessas de dólares. (correspondem a 20% do PIB). Mas, acabou con-

figurando um problema para os Estados Unidos, obrigado a despendar bilhões de dólares em conter a imigração, e subsidiar refugiados em seu país.

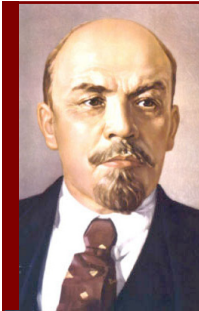
O maior obstáculo à permanência do governo Hernández, porém, foi a crescente insatisfação da burguesia e amplas camadas da classe média com o governo, incapaz de garantir seus negócios e lucros. Isto se passava enquanto as massas começaram a romper o cerco da militarização montada após o golpe, e recorrer à ação coletiva, em defesa de suas condições de vida. Os nacional-reformistas, por sua vez, mostravam-se dispostos a dialogar com o empresariado e os EUA, à procura de uma solução conjunta para a crise. Essas condições convergiram com a virada tática do próprio imperialismo, que não via serventia em apoiar governos e partidos já esgotados. Sem o apoio decisivo do imperialismo e da burguesia nacional, cercado pelas denúncias e prisões de familiares, o governo aceitou convocar eleições sem fraude, que dariam a vitória a Castro.

A própria experiência lhes irá demonstrando que a troca de um governo criminoso e direitista, por outro de feições reformistas, não alterará as relações do poder econômico, que estão na base da barbárie social em larga escala.

O novo governo se verá diante do agravamento da pobreza e miséria, e da continuidade da ofensiva burguesa contra a vida das massas. De forma que a propagandeada via do “Socialismo Democrático”, prometida por Castro para governar em defesa dos pobres e miseráveis, sem tocar na propriedade privada, nem atrapalhar os lucros monopolistas, não passará de um arremedo de programa assistencialista, ajustado às necessidades da burguesia interna e externa.

Está aí por que as massas serão obrigadas, pelo próprio curso da crise, e pela necessidade de satisfazer suas reivindicações mais imediatas de empregos e salários, a se chocar com o novo governo dos nacional-reformistas. A própria experiência lhes irá demonstrando que a troca de um governo criminoso e direitista, por outro de feições reformistas, não alterará as relações do poder econômico, que estão na base da barbárie social em larga escala.

A classe operária, os camponeses e a pequena-burguesia urbana terão de completar a experiência com nacional-reformismo, incapaz de tocar na grande propriedade dos meios de produção, e romper com o imperialismo. A construção do partido revolucionário, que encarne as tarefas democráticas da nação oprimida, e prepare a luta de classes para a revolução proletária, é a condição para que os explorados consigam se emancipar politicamente de seus opressores.



Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

No jornal Massas anterior, expusemos as críticas de Lênin e as formulações quanto à constituição da federação transcaucasiana. Foram as penúltimas manifestações de Lênin.

Em de 2 de março de 1923, consta das Obras Completas, o seu último escrito, *“Melhor pouco, mas melhor”*, tratando da reforma do aparato estatal. Lênin chegou à conclusão de que as instituições do Estado soviético carregavam, em suas entranhas, uma forte herança do velho aparato czarista e burguês, que havia sido derrubado pela revolução. Passados cinco anos, a experiência havia demonstrado, não só o precário funcionamento, como também a presença de burocratismo. Havia chegado o momento de realizar uma reforma, que ajustasse o partido e as instituições soviéticas a uma nova situação de construção econômica, de relação entre o proletariado e os camponeses, e de resistência ao cerco imperialista. As mudanças deveriam começar pelo organismo Inspeção Operária e Camponesa, que envolvia a Comissão de Controle. Na realidade, se tratava de uma reforma geral, que implicava o Comitê Central, o Bureau Político e o Bureau de Organização.

O documento *“Melhor pouco, mas melhor”*, dirigido ao XII Congresso, foi antecedido por um conjunto de notas, sob o título geral *“Como devemos reorganizar a Inspeção Operária e Camponesa”*, escrito entre 9 e 13 de janeiro. Em 23 de janeiro, Lênin transforma suas observações críticas e orientações em uma espécie de resolução – *“Como devemos reorganizar a Inspeção Operária e Camponesa”* (proposição ao XII Congresso do partido).

Inicia com a seguinte caracterização: *“Nosso aparato estatal, exceto o Commissariado do Povo de Relações Exteriores, é em grande medida uma sobrevivência do passado, que sofreu em grau diminuto mudanças de alguma importância. (...) Portanto, acredito que, para encontrar o método de realmente renová-lo, é preciso recorrer à experiência de nossa guerra civil”*. Em resumo, eis a linha geral das mudanças: *“As plenárias do Comitê Central de nosso partido já revelaram sua tendência de se converter em uma espécie de conferência superior do partido. Realiza-se, em geral, não mais de uma vez a cada dois meses, e o trabalho corrente, como se sabe, é realizado pelo nosso Bureau Político, pelo nosso Bureau de Organização, pelo nosso Secretariado, etc., que o realizam em nome do Comitê Central. Penso que devemos percorrer, até o final, o caminho que temos empreendido, e transformar de maneira definitiva as plenárias do Comitê Central em conferências superiores do partido, que devem reunir-se uma vez a cada dois meses, conjuntamente com a Comissão Central de Controle. A Comissão Central de Controle deverá fundir-se, nas condições a serem detalhadas, com a parte fundamental da Inspeção Operária e Camponesa organizada”*.

Nota-se que Lênin objetiva vincular as decisões do Comitê Central à operacionalidade do Bureau Político e ao controle do funcionamento geral das instituições pela Inspeção Operária e Camponesa e Comissão Central de Controle. O problema, portanto, começa no próprio Comitê Central. Eis: *“Nosso Comitê Central se constituiu em um grupo rigorosamente centralizado, e que goza de alta autoridade, mas as condições em que trabalha este grupo não está no nível de sua autoridade. A reforma que recomendo deve ajudar a eliminar este defeito; os membros da Comissão Central de Controle, que devem participar, em número determinado, em todas as sessões do Bureau Político, terão de constituir um grupo unido, que ‘sem contemplações’ garantirá*

que nenhuma autoridade, sem exceção, nem do Secretário-Geral, nem de qualquer outro membro do Comitê Central, lhe impeça de fazer perguntas, verificar documentos e, em geral, estar informado plenamente de todas as coisas, e de exercer o mais estrito controle do adequado manejo dos assuntos”.

Está claríssimo que Lênin toma a questão do mal funcionamento do Commissariado da Inspeção Operária e Camponesa, para expor o problema geral do mal funcionamento e distorções que observava no funcionamento do Comitê Central e nas relações entre o conjunto dos organismos. Era premente, recompor a função primordial da Comissão Central de Controle, de tal sorte que nenhuma das autoridades poderia deixar de ser inquerida. Não por acaso, Lênin faz uma referência direta ao Secretário-Geral do partido.

No documento *“Melhor pouco, mas melhor”*, Lênin o introduz com as heranças culturais da velha sociedade, e o nascimento de uma nova, com a revolução. *“Nosso aparato estatal é a tal ponto deplorável, por não dizer detestável, que primeiro devemos refletir profundamente de que modo lutar contra suas deficiências, recordando que essas deficiências advêm do passado, que, apesar de ter sido radicalmente transformado, não foi superado, não chegou à etapa de uma cultura que permaneceu em um passado longínquo. Coloco aqui, precisamente, o problema da cultura, porque nisto devemos considerar como legado somente o que foi transformado em parte da cultura, da vida diária e dos costumes. Mas, podemos dizer que o que há de bom em nosso regime social não foi profundamente pensado, compreendido, nem sentido; que foi tomado por alto, sem tê-lo verificado nem ensaiado, sem tê-lo confirmado mediante a experiência, sem tê-lo consolidado, etc. É claro que não poderia ser de outro modo, em uma época revolucionária, devido à rapidez vertiginosa do desenvolvimento, que em cinco anos nos levou do czarismo ao sistema soviético”*.

Lênin, assim, coloca para o XII Congresso o atraso cultural como um grande problema a ser resolvido, passo a passo, na transição do capitalismo ao socialismo. Não apenas assinala uma resposta geral, como alguns aspectos particulares, sob a bandeira: *“primeiro, estudar; segundo, estudar; e terceiro, estudar, e depois, comprovar que este conhecimento não permaneça reduzido a letra-morta, ou a uma frase de moda (...)”*. Eis: *“Que elementos temos para criar esse aparato? Somente dois. Primeiro, os operários, entusiasmados pela luta pelo socialismo. Os operários não são suficientemente instruídos. Eles quiseram proporcionar-nos um aparato melhor. Mas não sabem como fazê-lo. Não podem fazê-lo. Não alcançaram ainda o desenvolvimento e a cultura que são necessários para isso. E, precisamente, faz falta a cultura. Quanto a isso, nada se pode fazer de golpe, com uma investida, com brios ou energia, ou, em geral, com qualquer das melhores qualidades humanas. Segundo, temos elementos de conhecimento, educação e instrução que são extremamente escassos, em comparação com todos os outros países”*. Essa contradição exigia um trabalho perseverante e demorado para a sua superação. *“Para isso, devemos utilizar os melhores elementos que temos em nosso sistema social: em primeiro lugar, os operários avançados, e em segundo lugar, os elementos realmente esclarecidos, pelos quais podemos responder que não darão crédito às palavras, que não dirão uma só palavra contra sua consciência, que não terão de reconhecer qualquer dificuldade, que não temerão nenhuma luta, para alcançar o objetivo que se colocaram seriamente”*.

(As citações foram extraídas das Obras completas, Lênin, tomo XXXVI, Akal Editor)